

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 42ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
1.2 - Reunião de Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário
2.2 - Comissão

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

5 - MANIFESTAÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/5/2011

Presidência dos Deputados José Henrique, Duarte Bechir e João Leite

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagem nº 65/2011 (encaminhando o Projeto de Lei nº 1.916/2011), do Governador do Estado - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 1.917 a 1.942/2011 - Requerimentos nºs 797 a 829/2011 - Requerimentos da Comissão de Educação, da Deputada Liza Prado e dos Deputados André Quintão e outros, Fábio Cherem e Hely Tarquínio - Proposições Não Recebidas: Requerimentos do Deputado Wander Borges (19) - Comunicações: Comunicações das Comissões de Fiscalização Financeira, de Educação, do Trabalho e de Política Agropecuária e do Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Oradores Inscritos: Discursos da Deputada Luzia Ferreira e dos Deputados João Leite, Fabiano Tolentino e Rogério Correia - Registro de presença - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Decisão da Presidência - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimento do Deputado Hely Tarquínio; deferimento; designação de comissão - Questões de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Celinho do Sinttrocel - Délio Malheiros - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gustavo Corrêa - Hélio Gomes - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Lamac - Rogério Correia - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.



1ª Parte
1ª Fase (Expediente)
Ata

- A Deputada Liza Prado, 2ª-Secretária “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Alencar da Silveira Jr., 2º-Secretário, lê a seguinte correspondência:

“MENSAGEM Nº 65/2011*”

Belo Horizonte, 24 de maio de 2011.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,

Encaminho a Vossa Excelência, para que seja submetido à apreciação dessa Egrégia Assembleia, Projeto de Lei que altera a redação do art. 1º da Lei nº 18.797, de 31 de março de 2010.

Com o advento da referida Lei, todos os estabelecimentos de saúde, públicos e privados, localizados no Estado, estão obrigados a utilizar seringas de agulha retrátil em seus procedimentos, sendo vedado o uso de qualquer outro modelo de seringa, ainda que com dispositivo de segurança testado e aprovado.

A alteração proposta permitirá a utilização de outros modelos de seringa que igualmente ofereçam proteção e segurança na instrumentalização em pacientes e na coleta de lixo especial, por possuírem dispositivos de segurança e certificação pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, e estarem em conformidade com as normas do Ministério do Trabalho.

São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor o presente Projeto de Lei.

Reitero a Vossa Excelência considerações de estima.

Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 1.916/2011

Altera a Lei nº 18.797, de 31 de março de 2010, que determina a utilização de seringas de agulha retrátil nos hospitais e estabelecimentos de saúde localizados no Estado.

Art. 1º - A ementa da Lei nº 18.797, de 31 de março de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Determina a utilização de seringas e agulhas com dispositivos de segurança, ou agulhas retráteis, em estabelecimentos públicos e privados de serviço ou de interesse da saúde.”

Art. 2º - O art. 1º da Lei nº 18.797, de 31 de março de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Nos procedimentos invasivos realizados em estabelecimentos públicos e privados de serviço ou de interesse da saúde, localizados no Estado, somente serão utilizadas seringas e agulhas com dispositivos de segurança, ou agulhas retráteis.”

Art. 3º - Esta lei entra vigor na data de sua publicação.”

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Saúde e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

* - Publicado de acordo com o texto original.

2ª Fase (Grande Expediente)
Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 1.917/2011

Declara de utilidade pública a Associação do Congado de Nossa Senhora do Rosário de Abaeté, com sede no Município de Abaeté.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação do Congado de Nossa Senhora do Rosário de Abaeté, com sede no Município de Abaeté.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de maio de 2011.

Almir Paraca

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.918/2011

Declara de utilidade pública o Projeto Harmonia - Atenção à Dependência Química, com sede no Município de Passa-Quatro.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Projeto Harmonia - Atenção à Dependência Química, com sede no Município de Passa-Quatro.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de maio de 2011.



Dalmo Ribeiro Silva

Justificação: O Projeto Harmonia - Atenção à Dependência Química, com sede no Município de Passa-Quatro, é uma associação civil, sem fins lucrativos, filantrópica, de caráter assistencial, social e cultural, que tem por objetivo principal proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice, em especial a pessoa em situação de risco social e pessoal. Além disso, visa promover programas de prevenção e tratamento aos dependentes de drogas psicoativas, a integração do indivíduo no mercado de trabalho e desenvolver programas socioeducativos direcionados à inclusão e à reinclusão social.

A entidade atende aos requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, razão pela qual espero e conto com a anuência de meus nobres pares ao projeto proposto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.919/2011

Autoriza o Poder Executivo a doar à Caixa Econômica Federal o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Caixa Econômica Federal imóvel com área de 318,72 m² (trezentos e dezoito vírgula setenta e dois metros quadrados), situado no Município de Itamarandiba, registrado sob o nº 8.544, a fls. 22 do Livro 3-D, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itamarandiba.

Parágrafo único - O imóvel a que se refere o “caput” deste artigo destina-se à instalação de agência bancária da Caixa Econômica Federal.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado, se, findo o prazo de três anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de maio de 2011.

Délio Malheiros

Justificação: O referido imóvel encontra-se registrado como propriedade do Estado, tendo sido doado pela Prefeitura Municipal de Itamarandiba no ano de 1966, não tendo até o presente momento lhe sido dada nenhuma destinação. Por sua vez, o Município em questão passa por um constante crescimento, o que tem gerado demandas de toda a ordem, sendo uma delas a demanda por estabelecimentos bancários. Assim, a instalação de uma agência bancária não só atenderia o anseio do consumidor local, mas também fomentaria ainda o desenvolvimento da região, em especial se considerarmos ser ela uma região de economia baseada no agronegócio.

Certo é que a instalação de um banco estatal, que atua como agente de políticas públicas, só traria benefícios, sendo certo que tal em nada prejudicará o Estado de Minas Gerais.

Assim, a doação pretendida atenderá a função social da propriedade, prevista nas Constituições Federal e Estadual, bem como representará um incentivo à economia local.

Por fim, cumpre esclarecer que a doação de imóveis públicos não encontra óbice quando realizado a outro órgão público, aí incluídas as empresas públicas, sendo esse o caso.

Diante dessa situação é que espero a aprovação deste projeto pelos meus pares nesta Casa Legislativa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.920/2011

Determina que as escolas estaduais e as escolas particulares de ensino fundamental e médio do Estado de Minas Gerais disponibilizem o boletim escolar eletrônico.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam as escolas estaduais e as escolas particulares de ensino fundamental e médio do Estado obrigadas a disponibilizarem o boletim escolar eletrônico, contendo dados com notas e frequência, através da internet.

Parágrafo único - Para o disposto no art. 1º, no que se refere as escolas estaduais o governo do Estado deverá proporcionar os recursos técnicos necessários que viabilizem a implantação do boletim escolar na forma eletrônica.

Art. 2º - As escolas estaduais e as escolas particulares de ensino fundamental e médio ficarão responsáveis pela alimentação do banco de dados com as informações que irão gerar o boletim escolar eletrônico.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de maio de 2011.

Duilio de Castro

Justificação: O boletim escolar funciona como um indicador do rendimento do aluno na instituição de ensino. Nele constam a nota específica de cada matéria e o quantitativo de frequência em cada disciplina. Por isso, é interessante que pais ou responsáveis possam acompanhar a vida escolar dos alunos e conferir notas e faltas através do sistema eletrônico. É bastante salutar que os pais ou responsáveis auxiliem na aprendizagem dos filhos tendo como aliado mais um mecanismo à disposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Educação e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.



PROJETO DE LEI Nº 1.921/2011

Declara de utilidade pública a Obra Social Glorieux, com sede no Município de Betim.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Obra Social Glorieux, com sede no Município de Betim.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de maio de 2011.

Maria Tereza Lara

Justificação: A Obra Social Glorieux, com sede no Município de Betim, desenvolve atividades com crianças e adolescentes em situação de risco social e com suas famílias. Entre os projetos executados pela entidade, destacam-se o acompanhamento e a orientação psicológica a pessoas de baixa renda, o auxílio escolar e o encaminhamento ao mercado de trabalho.

Reconhecer essa entidade como de utilidade pública será uma ação deste Parlamento em reconhecimento ao trabalho desenvolvido por ela, motivo pelo qual contamos com o voto dos nobres parlamentares desta Casa Legislativa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.922/2011

Declara de utilidade pública o Valemais – Instituto Sociocultural do Jequitinhonha, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Valemais – Instituto Sociocultural do Jequitinhonha, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de maio de 2011.

Neilando Pimenta

Justificação: O Valemais – Instituto Sociocultural do Jequitinhonha é sociedade civil sem fins lucrativos que empreende ações voltadas para o desenvolvimento sociocultural do Vale do Jequitinhonha, com vistas à melhoria da qualidade de vida da sua população.

Dessa forma, como disposto em seu estatuto social, o Valemais desenvolve programas de educação popular, pesquisas e estudos sobre a realidade da região, além de promover a cultura local através da organização de exposições e feiras com produtos artesanais, prestando, assim, serviços de reconhecido interesse público.

Em pleno e regular funcionamento desde 6/1/2002, a referida entidade cumpre todos os requisitos exigidos por lei, pelo que faz jus ao título declaratório de utilidade pública.

Por essas razões, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Cultura, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.923/2011

Declara de utilidade pública a Escola de Samba Águia de Ouro, com sede no Município de Muzambinho.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Escola de Samba Águia de Ouro, com sede no Município de Muzambinho.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de maio de 2011.

Célio Moreira

Justificação: O objetivo deste projeto de lei é declarar de utilidade pública a Escola de Samba Águia de Ouro, entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade desenvolver atividades nas áreas de educação, esporte, cultura e assistência a famílias ou pessoas de baixa renda, proporcionando-lhes melhores condições de vida, moradia, higiene, educação, saúde, transporte e segurança.

No desenvolvimento de suas atividades, não faz distinção alguma quanto a religião, cor, sexo ou condição social das pessoas assistidas e atende com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

Cabe ressaltar que a associação encontra-se em pleno e regular funcionamento há mais de um ano e que sua diretoria é constituída de pessoas idôneas e não remuneradas pelas funções que exercem, atendendo-se, desta forma, os requisitos legais.

Por ser justo o projeto, espero contar com o apoio dos nobres pares.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.924/2011

Dá denominação ao trecho da Rodovia MG-220 que liga o Município de Corinto ao de Santo Hipólito.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominado Pedro Chaves o trecho da Rodovia MG-220 que liga o Município de Corinto ao de Santo Hipólito.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Sala das Reuniões, 26 de maio de 2011.

Célio Moreira

Justificação: Nascido em 26/7/27, no Distrito de Senhora da Glória, Município de Santo Hipólito, filho de Domingos da Costa Chaves e Conceição Barbosa Trindade, Pedro Chaves deixou para a posteridade exemplos de trabalho, tenacidade e vigor, marcas de sua trajetória na gestão da Prefeitura Municipal de Santo Hipólito.

Iniciou sua carreira política como Vice-Prefeito entre 1977 a 1982. Foi Prefeito pela primeira vez no período de 1993 a 1996, tendo seu segundo mandato de 2001 a 2004. Com 94,16% de votos válidos, prova incontestável do reconhecimento do seu trabalho em benefício de todos, seu terceiro mandato ocorreu de 2009 até 16/4/2011, quando infelizmente foi encerrado por motivo de força maior.

Pedro Chaves sempre trabalhou em prol do povo de seu Município e região, sendo sempre admirado pela honradez de sua palavra. Foi uma pessoa que viveu sua vida não de maneira que a sua presença fosse notada, mas sim que a sua falta fosse sentida. Durante toda a sua vida política atuou com responsabilidade, seriedade, honestidade e simplicidade. Conquistou as pessoas não pelo que tinha, mas sim com o exemplo de homem íntegro que foi, durante toda a sua vida. E mesmo tendo idade avançada, sendo considerado um dos Prefeitos mais idosos de Minas Gerais, a população ainda o quis e acreditou no seu trabalho, que foi de transparência e dedicação ao povo do Município de Santo Hipólito.

Não podemos deixar de ressaltar algumas obras que Pedro Chaves deixou como legados de sua gestão na Prefeitura Municipal de Santo Hipólito, quais sejam: construção do Parque Vaquejada Major da Glória, pavimentação das principais ruas do Bairro Planalto do Coqueiro, construção das Creches Municipais Chapeuzinho Vermelho I e II, construção do Coreto da Praça Jocelino Ribeiro da Glória, construção da Escola Municipal Fazenda Santa Cruz, reforma de todas as escolas municipais, construção de pontes nos Distritos Senhora da Glória e Valo Fundo e no Povoado de Água Boa, construção de poço artesiano no Povoado do Salobro, implantação dos Centros de Referência da Assistência Social - Cras -, construção de módulos sanitários no Município e no Distrito de Senhora da Glória, academia ao ar livre, construção da farmácia popular.

Foi pelo progresso e melhoria da grande comunidade de Santo Hipólito e região que o Prefeito Pedro Chaves sempre lutou. Por tudo isso, nada mais justo do que eternizar o nome de Pedro Chaves no trecho da Rodovia MG-220 que liga o Município de Corinto ao de Santo Hipólito, como forma de reconhecimento do grande papel que esse cidadão representou para o Estado. Por ser justa a indicação, espero contar com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.925/2011

Declara de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo de Corinto, com sede no Município de Corinto.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo de Corinto, com sede no Município de Corinto.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de maio de 2011.

Célio Moreira

Justificação: O objetivo deste projeto de lei é declarar de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo de Corinto, associação sem fins lucrativos que tem por finalidade manter estabelecimento destinado a abrigar pessoas idosas e proporcionar assistência material, moral, intelectual e social, visando à preservação da saúde física e mental.

No desenvolvimento de suas atividades, não faz distinção alguma quanto a religião, cor, sexo e condição social das pessoas assistidas e atende com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

Insta pontuar que a referida associação encontra-se em pleno e regular funcionamento há mais de um ano, sendo sua diretoria constituída de pessoas idôneas e não remuneradas pelas funções que exercem, atendendo, dessa forma, os requisitos legais.

Por ser justo, espero contar com o apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.926/2011

Declara de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Pedreira, com sede no Município de Monte Azul.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Pedreira, com sede no Município de Monte Azul.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de maio de 2011.

Dinis Pinheiro

Justificação: O Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Pedreira, com sede no Município de Monte Azul, é uma entidade civil sem fins lucrativos, de finalidade filantrópica, assistencial e cultural.

O processo que tem por objetivo a declaração de utilidade pública do referido Conselho encontra-se legalmente amparado e obedece às exigências da Lei nº 12.972, de 27/7/98, pois essa entidade funciona regularmente há mais de um ano e sua diretoria é composta de pessoas idôneas, que não percebem nenhuma remuneração pelas funções que exercem, conforme consta em atestado.



Por essas razões, conclamo os meus nobres pares a aprovarem esta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.927/2011

Declara de utilidade pública a Liga Esportiva do Município de Contagem, com sede no Município de Contagem.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Liga Esportiva do Município de Contagem, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de maio de 2011.

Dinis Pinheiro

Justificação: A Liga Esportiva do Município de Contagem, com sede no Município de Contagem, é entidade civil sem fins lucrativos, filantrópica e de caráter esportivo, que tem por finalidade fomentar, difundir, fiscalizar e disciplinar a prática esportiva não profissional no Município de Contagem.

A entidade encontra-se legalmente amparada e obedece às exigências da Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Assim sendo, conclamo os meus nobres pares a aprovar esta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.928/2011

Declara de utilidade pública a Fundação Cultural e Educacional Cidade de Raul Soares e Região – FEC - Raul –, com sede no Município de Raul Soares.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Fundação Cultural e Educacional Cidade de Raul Soares e Região – FEC - Raul –, com sede no Município de Raul Soares.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de maio de 2011.

Dinis Pinheiro

Justificação: A Fundação Cultural e Educacional Cidade de Raul Soares e Região – FEC - Raul –, com sede no Município de Raul Soares é uma entidade civil sem fins lucrativos de finalidade filantrópica, assistencial e cultural.

Este projeto tem por objetivo a declaração de utilidade pública da referida entidade, que se encontra legalmente amparada e obedece às exigências da Lei nº 12.972, de 27/7/98.

A entidade funciona regularmente há mais de um ano, e sua diretoria é composta de pessoas idôneas, que não percebem nenhuma remuneração pelas funções que exercem, conforme consta em atestado.

Por essas razões, conclamo os meus nobres pares a aprovar esta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.929/2011

Declara de utilidade pública a Associação Assistencial Esportiva e Cultural de Jacinto - Aasescuj -, com sede nesse Município.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Assistencial Esportiva e Cultural de Jacinto - Aasescuj -, com sede nesse Município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de maio de 2011.

Duarte Bechir

Justificação: A proposição em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação Assistencial Esportiva e Cultural de Jacinto - Aasescuj -, com sede nesse Município. Em pleno funcionamento desde sua fundação, a Aasescuj é uma entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, com duração indeterminada.

A entidade tem como finalidade a proteção à saúde da família, da infância e da velhice.

Pretende-se, com este projeto, assegurar à instituição melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades, tendo em vista que atende os requisitos constantes na Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Por essas razões, conclamo os meus nobres pares a aprovarem esta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.930/2011

Declara de utilidade pública a Sociedade Amigos do Menor Pedralvense - Sampe -, com sede no Município de Pedralva.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:



Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Amigos do Menor Pedralvense - Sampe -, com sede no Município de Pedralva.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de maio de 2011.

Duarte Bechir

Justificação: Esta proposição visa a declarar de utilidade pública a Sociedade Amigos do Menor Pedralvense - Sampe -, com sede no Município de Pedralva e em pleno funcionamento desde sua fundação. Trata-se de sociedade civil sem fins lucrativos e com duração indeterminada.

A entidade tem como finalidade propiciar ao menor e a toda a comunidade a prática de esportes em geral, a fim de facultar-lhes o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social.

Pretende-se com este projeto assegurar à instituição melhores condições para o desenvolvimento de suas atividades, tendo em vista que ela atende os requisitos constantes na Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Por estas razões, conclamo os meus nobres pares a aprovarem esta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.931/2011

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Fagundes - Ascofag -, com sede no Município de Santo Antônio do Amparo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Fagundes -Ascofag -, com sede no Município de Santo Antônio do Amparo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de maio de 2011.

Duarte Bechir

Justificação: A proposição em tela visa a declarar como utilidade pública a Associação Comunitária do Fagundes - Ascofag -, com sede no Município de Santo Antônio do Amparo.

Em pleno funcionamento desde sua fundação, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com duração indeterminada. Tem como finalidade promover a representação de seus associados, para a melhoria das condições de vida das famílias dos agricultores.

Pretende-se, com este projeto, assegurar à instituição melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades assistenciais, tendo em vista que ela atende aos requisitos constantes na Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Por essas razões, conclamo os meus nobres pares a aprovar esta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.932/2011

Declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais e Urbanos do Município de Ressaquinha, com sede no Município de Ressaquinha.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais e Urbanos do Município de Ressaquinha, com sede no Município de Ressaquinha.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de maio de 2011.

Duarte Bechir

Justificação: A proposição em tela visa a declarar como utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais e Urbanos do Município de Ressaquinha, com sede no Município de Ressaquinha, em pleno funcionamento desde sua fundação.

Sociedade civil, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, a entidade tem como finalidade promover a prestação de serviços que possam contribuir para o fomento e a racionalização das explorações agropecuárias, para a melhoria das condições de vida de seus associados e o amparo das famílias carentes no combate à fome e à pobreza.

Pretende-se, com este projeto, assegurar à instituição melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades, tendo em vista que atende os requisitos constantes na Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Por essas razões, conclamo os meus nobres pares a aprovarem esta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.933/2011

Declara de utilidade pública a entidade A Paz Vale Mais, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade A Paz Vale Mais, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Sala das Reuniões, 26 de maio de 2011.

Duarte Bechir

Justificação: Esta proposição visa a declarar de utilidade pública a entidade A Paz Vale Mais, com sede no Município de Belo Horizonte e em pleno funcionamento desde sua fundação. Trata-se de sociedade civil sem fins lucrativos e com duração indeterminada.

A entidade tem como finalidade a promoção de uma cultura de paz, visando o resgate dos valores humanos.

Pretende-se com este projeto assegurar à instituição melhores condições para o desenvolvimento de suas atividades, tendo em vista que ela atende os requisitos constantes na Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Por estas razões, conclamo os meus nobres pares a aprovarem esta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Direitos Humanos, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.934/2011

Declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares de Santo Antônio do Amparo, com sede no Município de Santo Antônio do Amparo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares de Santo Antônio do Amparo, com sede no Município de Santo Antônio do Amparo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de maio de 2011.

Duarte Bechir

Justificação: A proposição em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares de Santo Antônio do Amparo, com sede no Município de Santo Antônio do Amparo, em pleno funcionamento desde sua fundação, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com duração indeterminada.

A entidade tem como finalidade a assistência das famílias de agricultores em suas atividades, bem como ações em favor da criança, do adolescente, da gestante e dos idosos. Pretende-se com este projeto assegurar à instituição melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades, tendo em vista que a Associação atende os requisitos constantes na Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Por estas razões, conclamo os meus nobres pares a aprovar esta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.935/2011

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Jardim Eldorado, com sede no Município de Coqueiral.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Jardim Eldorado, com sede no Município de Coqueiral.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de maio de 2011.

Duarte Bechir

Justificação: A proposição em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Jardim Eldorado, com sede no Município de Coqueiral. Em pleno funcionamento desde sua fundação, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com duração indeterminada.

A entidade tem como finalidade promover o desenvolvimento da comunidade que representa, especialmente por meio da execução de ações para a proteção da saúde, da família, da maternidade, da infância e da velhice.

Pretende-se, com este projeto, assegurar à instituição melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades, tendo em vista que ela atende os requisitos constantes na Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Por estas razões, conclamo os meus nobres pares a aprovarem esta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.936/2011

Declara de utilidade pública a Associação de Cooperação Agrícola Assentamento Liberdade - Acoal -, com sede no Município de Periquito.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Cooperação Agrícola Assentamento Liberdade - Acoal -, com sede no Município de Periquito.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de maio de 2011.

Rogério Correia



Justificação: A Associação de Cooperação Agrícola Assentamento Liberdade - Acoal - fundada em 20/9/2005, é uma entidade civil sem fins lucrativos, com duração por tempo indeterminado e tem por finalidade combater a fome, a pobreza, promover e desenvolver atividades produtivas com o plantio de grãos e hortas comunitárias, apoiar iniciativas na área da educação, encaminhamento de jovens e adultos para a escola e promover a educação dos jovens e adultos no Município de Periquito.

O processo objetivando sua declaração de utilidade pública encontra-se legalmente amparado, estando obedecidas as exigências contidas na Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Por estas razões, espero contar com apoio dos nobres pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.937/2011

Declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Preventiva – Consep-Sector Oeste –, com sede no Município de Ituiutaba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Preventiva – Consep-Sector Oeste –, com sede no Município de Ituiutaba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de maio de 2011.

Romel Anízio

Justificação: Esta proposição tem por objetivo declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Preventiva – Consep-Sector Oeste –, situado em Ituiutaba.

Trata-se de entidade civil de direito privado e sem fins lucrativos, de caráter assistencial, na forma de seu estatuto, tendo como objetivo principal canalizar as aspirações, prioridades e metas da comunidade local em relação às atividades de segurança pública oferecidas pelo poder público, visando a um desempenho mais eficiente.

O referido Conselho está em pleno funcionamento há mais de um ano, e sua diretoria é composta por pessoas idôneas, não remuneradas pelo exercício de suas funções. Além disso, desenvolve importante trabalho de educação e conscientização, com a promoção de palestras, conferências, fóruns de debates e campanhas educativas, visando a despertar em cada cidadão de Ituiutaba o sentimento subjetivo de segurança.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Segurança Pública para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.938/2011

Declara de utilidade pública a Associação de Amigos do Bairro Machados, com sede no Município de São José do Alegre.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Amigos do Bairro Machados - Assabam -, com sede no Município de São José do Alegre.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de maio de 2011.

Ulysses Gomes

Justificação: A Associação de Amigos do Bairro Machado - Assabam -, sem fins lucrativos, tem por finalidades promover o bem-estar individual e o da família, protegendo a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice; o desenvolvimento da agricultura, contribuindo para a integração do indivíduo no mercado de trabalho, e a efetiva ligação entre o povo da zona rural e o da zona urbana.

Tem por finalidade também a proteção do meio ambiente, a divulgação da cultura e do esporte e o estímulo a iniciativas que tragam benefícios à comunidade.

Uma vez que a Associação cumpre os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, peço apoio para a aprovação desta meritória proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.939/2011

Declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Estrela do Oriente, com sede no Município de Montes Claros

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Estrela do Oriente, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de maio de 2011.

Ulysses Gomes

Justificação: A Comunidade Terapêutica Estrela do Oriente, com sede no Município de Montes Claros, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, sem preconceitos nem discriminação, inclusive partidária, tendo por finalidade principal a assistência social na



prevenção, na recuperação e na reinserção social de dependentes químicos, bem como o apoio a famílias destes, podendo também apoiar toda e qualquer atividade filantrópica relacionada com a promoção humana.

Cumprindo os requisitos legais para ser declarada de utilidade pública, peço apoio de meus pares à aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.940/2011

Altera o art. 3º da Lei nº 18.037, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre o cadastro de entidades representativas de dependentes.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O art. 3º da Lei nº 18.037, de 12 de janeiro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - O Sistema de Registro Automotivo de Veículos - SRAV -, cuja finalidade é a agilização do pré-registro, emplacamento, selagem de placas em veículos novos e o acompanhamento da tramitação dos procedimentos e da transferência de dados pelo sítio do Detran-MG, será disponibilizado exclusivamente para o registro de veículos novos e usados para os despachantes documentalistas devidamente inscritos no Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas do Estado de Minas Gerais - CRDD-MG.

Parágrafo único - As entidades representativas da categoria dos Despachantes Documentalistas, como o Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas do Estado de Minas Gerais - CRDD-MG -, sindicatos, cooperativas e associações de profissionais, poderão celebrar convênios com as administrações direta e indireta do Estado, com fins de representação de seus associados devidamente inscritos no Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas do Estado de Minas Gerais - CRDD-MG.”

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de maio de 2011.

Gustavo Valadares

Justificação: Esta alteração da Lei nº 18.037, de 2009, no seu art. 3º, refere-se à necessidade de se identificar quem os são os despachantes documentalistas como categoria profissional, tendo em vista a existência do Conselho Federal e do Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas do Estado, isso porque a autorização para exercer a profissão decorre do deferimento da inscrição no próprio conselho profissional, em procedimento administrativo pelo qual são apuradas e comprovadas a habilitação técnica e as demais condições exigidas para o exercício da profissão. Essa orientação da exigência de inscrição em conselho profissional decorre da doutrina e da jurisprudência.

Conforme pontifica Hely Lopes Meirelles “essa inscrição, ao mesmo tempo em que legitima o exercício profissional, submete o inscrito a regras específicas de conduta e o sujeita a uma responsabilidade administrativa (paralela à responsabilidade civil e penal) por eventuais transgressões das mencionadas regras”. Nota-se que a correção do art. 3º se faz necessária, porque para o desempenho da profissão de despachante documentalista é necessária prévia e devida inscrição no Conselho Regional dos Despachantes Documentalistas do Estado de Minas Gerais - CRDD-MG. São essas as razões da propositura deste projeto.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Ivair Nogueira. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.870/2011, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.941/2011

(Ex-Projeto de Lei nº 1.173/2007)

Dispõe sobre a reserva de vagas para afro-brasileiros em concursos públicos para provimento de cargos efetivos e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam reservados aos afro-brasileiros 10% (dez por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos efetuados pelo poder público estadual para provimento de cargos efetivos.

§ 1º - A fixação do número de vagas reservadas aos afro-brasileiros e respectivo percentual far-se-á pelo total de vagas no edital de abertura do concurso público e efetivar-se-á no processo de nomeação.

§ 2º - Preenchido o percentual estabelecido no edital de abertura, caso a administração ofereça novas vagas durante a vigência do concurso em questão, a reserva de 10% (dez por cento) aos afro-brasileiros deverá ser mantida.

§ 3º - Quando o número de vagas reservadas aos afro-brasileiros resultar em fração, arredondar-se-á para o número inteiro imediatamente superior, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (zero vírgula cinco), ou para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (zero vírgula cinco).

§ 4º - A observância do percentual de vagas reservadas aos afro-brasileiros dar-se-á durante todo o período de validade do concurso e aplicar-se-á a todos cargos oferecidos.

Art. 2º - O acesso dos candidatos à reserva de vagas obedecerá ao pressuposto do procedimento único de seleção.

Art. 3º - Na hipótese de não-preenchimento da quota prevista no art. 1º, as vagas remanescentes serão revertidas para os demais candidatos qualificados no certame, observada a respectiva ordem de classificação.

Art. 4º - Para efeitos desta lei complementar, considerar-se-á afro-brasileiro aquele que assim se declare expressamente, identificando-se como de cor negra ou parda, pertencente à raça-etnia negra, nos termos do disposto no inciso II do art. 3º do Decreto nº 13.961, de 14 de novembro de 2002.

Parágrafo único - Tal informação integrará os registros cadastrais de ingresso de servidores.

Art. 5º - Detectada a falsidade na declaração a que se refere o artigo anterior, sujeitar-se-á o infrator às penas da lei e ainda:



I - se candidato, à anulação da inscrição no concurso público e de todos os atos daí decorrentes;

II - se já nomeado no cargo efetivo para o qual concorreu na reserva de vagas aludidas no art. 1º, utilizando-se da declaração inverídica, à pena disciplinar de demissão.

Parágrafo único - Em qualquer hipótese, ser-lhe-á assegurada ampla defesa.

Art. 6º - As disposições desta lei complementar não se aplicam àqueles concursos públicos cujos editais de abertura foram publicados anteriormente à sua vigência.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de maio de 2011.

Carlin Moura

Justificação: O projeto de lei em exame visa à adoção de políticas afirmativas, tendo em vista o reconhecimento, por parte do governo brasileiro, na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001, de que a igualdade jurídica entre os indivíduos, assegurada constitucionalmente, mostra-se insuficiente para superar o quadro histórico de desigualdade racial no Brasil.

Conforme estudos do Ipea, em 1999, os negros representavam 45% da população brasileira, mas correspondem a 64% da população pobre e 69% da população indigente. Os brancos são 54% da população total e correspondem a 36% dos pobres e 31% dos indigentes. Isso significa que dos 55.300.000 de brasileiros pobres, 19 milhões são brancos, 30 milhões são pardos e 3.600.000 são pretos. Entre os 22 milhões de indigentes, 6.800.000 são brancos, 13.600.000 são pardos e 1.500.000 são pretos.

Hoje a reserva de vagas vai se tornando uma realidade como, por exemplo, em relação às instituições públicas e particulares de ensino superior que aderiram à ideia. Entretanto, temos a consciência que essa conquista não é inteiramente pacífica. Há os que se opõem entendendo que a destinação de um número de vagas para um determinado segmento da sociedade constitui medida discriminatória. Entendo, no entanto, que a reserva de vagas se reveste de um significado mais amplo e profundo do que simples facilitação do ingresso de afro-brasileiros no mercado de trabalho. O aspecto mais relevante da reserva de vagas é a influência sobre as circunstâncias previamente dadas em que o afro-brasileiro vive e vai projetando seu próprio futuro: abre-lhe as perspectivas e o interesse, a ambição por uma mudança de vida mediante seu próprio esforço e trabalho em confronto com tudo de desestimulante, limitante, inculido pelas circunstâncias e por segmentos racistas ou insensíveis ao problema de discriminação e de suas conseqüências presentes e futuras.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelos Deputados Durval Ângelo e André Quintão. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.346/2011, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.942/2011

Declara de utilidade pública o Santa Luzia Futebol Clube, com sede no Município de Contagem.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Santa Luzia Futebol Clube, com sede no Município de Contagem.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de maio de 2011.

Carlin Moura

Justificação: O Santa Luzia Futebol Clube, com sede no Município de Contagem, fundado em 14/3/87, é uma entidade filantrópica com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de duração indeterminada.

Esta entidade está em pleno e regular funcionamento há mais de 24 anos, cumprindo suas finalidades estatutárias e sociais.

O referido clube tem por finalidade proporcionar a difusão de atividades sociais, cívico-culturais e desportivas, principalmente o futebol, podendo ainda praticar ou competir em todas as modalidades esportivas amadoras especializadas, em especial o futebol feminino e masculino, nos termos da legislação vigente, além de promover assistência e ação social, educacional, esportiva e cultural, garantindo a melhoria das condições de vida de famílias desprovidas de recursos financeiros, através do estímulo e da realização de eventos esportivos, educativos e culturais.

A concessão do título declaratório de utilidade pública estadual é de grande importância para a entidade, uma vez que, com essa documentação, poderá firmar parcerias com órgãos públicos estaduais, viabilizando, dessa maneira, a ampliação de seu trabalho e a continuidade dos seus projetos.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Esporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 797/2011, da Deputada Ana Maria Resende, em que solicita seja encaminhado ao Hospital João XXIII pedido de informações referentes a acidentados com motos em Belo Horizonte. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 798/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Paulo César Regis de Souza, Presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social - Anasps -, por matéria sobre as contas previdenciárias, publicada no jornal "Estado de Minas" de 2/5/2011. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 799/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Pe. José Donizetti Maciel pelos 25 anos de sua ordenação sacerdotal. (- À Comissão de Cultura.)



Nº 800/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - Cefet-MG - pelos 40 anos da criação dos cursos de Engenharias Industrial, Elétrica e Mecânica. (- À Comissão de Educação.)

Nº 801/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Paraguaçu pelos 100 anos de emancipação desse Município. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 802/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Fundação Rural Mineira - Ruralminas - pelos 45 anos de sua criação. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 803/2011, do Deputado Marques Abreu, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura de Divinópolis pedido de providências para a reforma e a ampliação de equipamentos das quadras de esportes das escolas localizadas nesse Município.

Nº 804/2011, do Deputado Marques Abreu, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para a reforma e ampliação de equipamentos das quadras de esportes das escolas localizadas no Município de Divinópolis. (- Distribuídos à Comissão de Esporte.)

Nº 805/2011, do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para impedir o fechamento da Assistência Médica Infantil de Urgência - Amiu -, de Muriaé. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 806/2011, do Deputado Jayro Lessa, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Câmara Municipal de Governador Valadares pela realização de reunião especial em homenagem à PMMG pelos 236 anos de sua fundação. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 807/2011, do Deputado Neilando Pimenta, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Elmiro Alves do Nascimento, Secretário de Agricultura, pela realização da 51ª Exposição Estadual Agropecuária - Superagro Minas 2011. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 808/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de informações sobre os afastamentos de servidores públicos causados por acidentes e doenças ocupacionais.

Nº 809/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude - CAO-IJ - pedido de informações sobre a implantação de medidas socioeducativas em Municípios, em particular quanto à prestação de serviços à comunidade e à liberdade assistida. (- Distribuídos à Mesa da Assembleia.)

Nº 810/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social e ao Chefe da Polícia Civil pedido de providências para a manutenção do plantão regional dessa corporação na Delegacia de Polícia de Caldas, encaminhando-se também cópia de ofício da Câmara desse Município.

Nº 811/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral do DER-MG pedido de providências para a iluminação da Rodovia MG-050, com as especificações que menciona, no trecho entre o Bairro Açude, em Betim, e a divisa com Juatuba.

Nº 812/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil pedido de providências para a designação de um Delegado de Polícia para o Município de Açucena.

Nº 813/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para que acompanhe a situação prisional e a devida alocação de recursos em São Joaquim de Bicas e verifique a possibilidade de implantação de um centro socioeducativo nesse Município.

Nº 814/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais e bombeiros militares mencionados em anexo, lotados na Patrulha Rural do 42º Batalhão da Polícia Militar e no 2º Pelotão do 7º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar, pela atuação em operação que culminou na apreensão de 1.763,5kg de maconha prensada e na prisão de dois envolvidos no Município de Curvelo.

Nº 815/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de que solicite ao Governador do Estado do Rio de Janeiro a conclusão das investigações sobre o desaparecimento e possível morte de Grazielle Marques da Silva, bem como a finalização do processo de identificação do corpo apontado pela família como sendo da jovem.

Nº 816/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público de Uberlândia, à Ouvidoria de Polícia e à Corregedoria da Polícia Militar pedido de apuração de denúncia feita por Charly Müller de Souza e Cristian Antônio dos Santos a essa Comissão, em 19/5/2011, de que teriam sofrido agressões por policiais militares.

Nº 817/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Corregedoria do Sistema Prisional pedido de apuração dos motivos pelos quais não foi realizada perícia técnica no Ceresp da Gameleira, nesta Capital, quando da morte do detento Carlos Henrique Pereira da Silva, e de apuração de responsabilidades sobre possível omissão.

Nº 818/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, com o Diretor do Foro da Comarca de Contagem e com a Prefeita Municipal de Contagem pela antecipação em três anos da construção do novo fórum desse Município, a ser iniciada em 2012.

Nº 819/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos - CAO-DH - do Ministério Público de Minas Gerais as notas taquigráficas da 9ª Reunião Ordinária dessa Comissão, a documentação recebida nessa reunião e pedidos de providências com vistas à apuração das denúncias contidas nos documentos mencionados, com abertura de procedimento visando à exoneração de Wemerson Prado; à coleta de informações e análise dos processos existentes contra Renato França Guimarães, com apuração das denúncias contidas em expediente que menciona e apuração, junto à Subsecretaria de Administração Prisional e à Corregedoria do Sistema Prisional, das razões da descontinuidade no encaminhamento das acusações contra o denunciado no período em que era contratado como Agente de Segurança Penitenciário.



Nº 820/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao Presidente do Colegiado das Corregedorias do Sistema de Defesa Social de Minas Gerais as notas taquigráficas da 9ª Reunião Ordinária dessa Comissão, os documentos recebidos nessa ocasião e pedido de providências para que se inclua na pauta da próxima reunião desse Colegiado, em 3/6/2011, as denúncias contidas nesse material, em particular as referentes aos supostos abusos e irregularidades associados a Wemerson Prado e Renato França Guimarães.

Nº 821/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao Corregedor do Sistema Prisional do Estado as notas taquigráficas da 9ª Reunião Ordinária dessa Comissão, os documentos recebidos nessa reunião e pedido de providências para apurar as denúncias contidas no referido material, em particular as referentes aos supostos abusos e irregularidades cometidos pelo Sr. Wemerson Prado como Diretor da cadeia pública de Teófilo Otôni.

Nº 822/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Corregedoria do Sistema Prisional, à Subsecretaria de Administração Prisional, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Direitos Humanos do Ministério Público de Minas Gerais - CAO-DH - e à Superintendência de Atendimento ao Preso as notas taquigráficas da 9ª Reunião Ordinária dessa Comissão e pedido de providências para apurar denúncias, feitas nessa reunião, de assédio moral cometido, supostamente, pelo Diretor e pelo Diretor Adjunto do presídio de Brumadinho contra a Sra. Rosângela Cyriaco de Oliveira.

Nº 823/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao Corregedor-Geral de Polícia Civil e à Secretaria de Defesa Social cópia da Manifestação nº 34.396, da Ouvidoria-Geral do Estado, que denuncia três Agentes, não identificados, da delegacia de Dores do Indaiá, por maus-tratos contra um preso, e pedido de providências para apurar essas denúncias e agilizar as medidas anunciadas no despacho do Ouvidor de Polícia.

Nº 824/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República pedido de providências para que peça ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro agilidade nas investigações sobre o desaparecimento e possível morte de Grazielle Marques Silva e finalização do processo de identificação do corpo apontado pela família como sendo da jovem.

Nº 825/2011, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Governador e à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e à Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa desse Estado pedido de providências para que a Delegacia de Homicídios da Barra da Tijuca conclua as investigações sobre o desaparecimento e possível morte de Grazielle Marques da Silva e finalize o processo de identificação do corpo apontado pela família como sendo da jovem.

Nº 826/2011, da Comissão de Esporte, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Esportes pedido de providências para que sejam realizados estudos acerca da atual distribuição de recursos para as políticas públicas de esporte nas diferentes regiões do Estado, os quais devem conter avaliação sobre a adequação dessa distribuição às necessidades e desafios da promoção do esporte em Divinópolis e região.

Nº 827/2011, da Comissão de Esporte, em que solicita seja encaminhado ao Prefeito Municipal de Uberlândia pedido de providências para que seja nomeado um gestor desse Município para os projetos relacionados à Copa do Mundo de 2014.

Nº 828/2011, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que solicita seja formulada manifestação de repúdio à universidade Universo, de Juiz de Fora, pela cobrança de valores complementares na mensalidade dos alunos com deficiência.

Nº 829/2011, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação, à Secretaria de Planejamento, à Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo, ao Senai e ao Senac pedido de providências para a capacitação, principalmente quanto ao idioma, de funcionários da rede hoteleira, de taxistas e dos demais profissionais envolvidos diretamente no atendimento ao público para receber os turistas que virão para as cidades escolhidas como sedes da Copa do Mundo de 2014.

Do Deputado Fábio Chermem em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Assembleia pedido de providências para apresentar projeto de resolução que estabeleça hipóteses de impedimento para nomeação, designação ou contratação de pessoal para o exercício de cargos em comissão e de funções comissionadas.

Do Deputado André Quintão e outros em que solicitam seja realizado seminário legislativo para discutir as políticas públicas para a erradicação da pobreza e o enfrentamento das desigualdades sociais e regionais, considerados os aspectos de desenvolvimento social e econômico e de sustentabilidade ambiental.

Da Comissão de Educação em que solicita seja realizado estudo para viabilizar a elaboração e a publicação de uma cartilha que verse sobre a educação profissional e tecnológica no Estado.

Da Deputada Liza Prado em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Assembleia pedido de providências para a compra de um ônibus a ser utilizado nas atividades desta Casa no interior do Estado. (- Distribuídos à Mesa da Assembleia.)

- É também encaminhado à Mesa requerimento do Deputado Hely Tarquínio.

Proposições Não Recebidas

- A Mesa, nos termos do inciso III do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber as seguintes proposições:

REQUERIMENTOS

Do Deputado Wander Borges (19) em que solicita o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 590, 591, 610, 613, 622, 631, 680, 1.075, 1.159 e 1.956/2007, 2.535 e 2.644/2008, 3.087 e 3.229/2009, 4.247 e 4.459/2010.

- A Mesa, nos termos do inciso IV do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber as seguintes proposições:

REQUERIMENTOS

Do Deputado Wander Borges (3) em que solicita o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 636/2007, 4.516 e 4.609/2010.



Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Fiscalização Financeira, de Educação, do Trabalho e de Política Agropecuária e do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Oradores Inscritos

- A Deputada Luzia Ferreira e os Deputados João Leite, Fabiano Tolentino e Rogério Correia proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

Registro de presença

O Sr. Presidente (Deputado Duarte Bechir) - A Presidência registra a presença, nas galerias, e saúda os Vereadores Carlos Alberto dos Santos e João Carlos Reis de Carvalho, João do Kikão, da Câmara Municipal de Conceição do Rio Verde. Obrigado pela presença.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo destinado a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência, no uso de suas atribuições e em virtude da publicação, em 14/5/2011, de errata relativa ao Requerimento nº 586/2011, reforma despacho anterior e determina que, em razão da natureza da matéria, o referido requerimento seja distribuído à Comissão de Administração Pública para deliberação, nos termos do inciso III do art. 103 do Regimento Interno.

Mesa da Assembleia, 26 de maio de 2011.

Duarte Bechir, no exercício da Presidência.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 810 a 814/2011, da Comissão de Segurança Pública, 815 a 825/2011, da Comissão de Direitos Humanos, 826 e 827/2011, da Comissão de Esporte, 828/2011, da Comissão da Pessoa com Deficiência, e 829/2011, da Comissão de Turismo. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Fiscalização Financeira - aprovação, na 11ª Reunião Ordinária, em 25/5/2011, do Requerimento nº 750/2011, dos Deputados Fred Costa, José Henrique, Anselmo José Domingos, Antônio Carlos Arantes, Bonifácio Mourão, Bosco, Dalmo Ribeiro Silva, Délio Malheiros, Duarte Bechir, Ivair Nogueira, João Vítor Xavier, Neilando Pimenta, Rômulo Viegas e Tenente Lúcio e das Deputadas Ana Maria Resende e Luzia Ferreira; de Educação - aprovação, na 10ª Reunião Ordinária, em 25/5/2011, dos Requerimentos nºs 702/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 738/2011, do Deputado Doutor Viana, 740/2011, do Deputado Elismar Prado, e 754/2011, do Deputado Luiz Carlos Miranda; do Trabalho - aprovação, na 10ª Reunião Ordinária, em 25/5/2011, dos Projetos de Lei nºs 605/2011, do Deputado Arlen Santiago, 875/2011, da Deputada Rosângela Reis, 905/2011, do Deputado Duarte Bechir, 952/2011, do Deputado Carlos Pimenta, e 964/2011, do Deputado Inácio Franco, e dos Requerimentos nºs 687/2011, do Deputado Bosco, 689/2011, do Deputado Neilando Pimenta, 695/2011, do Deputado Elismar Prado e da Deputada Liza Prado, e 701/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel; e de Política Agropecuária - aprovação, na 10ª Reunião Ordinária, em 25/5/2011, dos Projetos de Lei nºs 938/2011, do Deputado Antônio Júlio, e 969/2011, do Deputado Luiz Humberto Carneiro (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado Hely Tarquínio solicitando a constituição de comissão de representação para participar da 53ª Festa Nacional do Milho - Fenamilho -, a realizar-se no período de 1º a 9/6/2011. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XIV do art. 232 do Regimento Interno e designa os Deputados Hely Tarquínio, Inácio Franco e Deiró Marra para comporem a referida comissão.

Questões de Ordem

O Deputado João Leite - Muito obrigado, Sr. Presidente. Que bom que V. Exa. me garantiu a palavra. Sr. Presidente, faltou-me dizer uma questão importante. O Deputado Antônio Genaro me lembrava que isso aqui são previsões para o futuro, um futuro zero para Minas. O PT tem uma previsão de zero para Minas Gerais. É isso que Guido Mantega apresenta para o mundo em relação à infraestrutura. Vejam, telespectadores da TV Assembleia, o que o PT sonha para Minas Gerais: zero! Fico pensando aqui algumas questões. O Líder Rogério Correia foi à tribuna falar sobre ficha suja, sobre o prédio do Ipsemg. Quem sabe o PT não nos empresta o Ministro Palocci para ser o consultor em Minas Gerais para as coisas andarem direitinho, talvez o Ministro Pimentel, que está agora às voltas com a Justiça! Parece que não está acontecendo absolutamente nada. O Tribunal de Contas, por meio de seus Conselheiros, deu um parecer dizendo que está correto o processo. O prédio está deteriorado. A empresa fará a recuperação, e os servidores de Minas Gerais ganharão com isso. É o que o Tribunal de Contas decidiu. Vem a Oposição e corre para buscar talvez o Ministério Público em algum lugar. Ela corre para buscar abrigo, que já não existe. O processo está correto. O Governador Anastasia, o mais eficiente, agiu com zelo quanto aos recursos públicos. Ele é servidor público de carreira. É interessante ouvirmos dizer que o PSDB é neoliberal, que gosta do mercado. Quem gosta do mercado é o Ministro Palocci. É ele que se alinhou ao mercado. Eu estava vendo as empresas para



as quais ele fez consultoria. Ele ganhou R\$25.000.000,00 de consultoria no ano da eleição. E era ele quem comandava a eleição da Presidente Dilma. Ora, o PSDB é neoliberal, abraça o mercado? O PSDB foi o partido que deu aos pobres brasileiros um telefone celular. Não é do tempo que as pessoas tinham de ir ao orelhão. Hoje, vendo o cidadão e a cidadã brasileira da Vila Oeste, onde nasci, os meus amigos todos têm celular, estão se comunicando com seus amigos. O Governador Aécio Neves, o mais querido, sempre lembrado - havia me esquecido de citá-lo -, tentou levar o mesmo que Pernambuco e Bahia tiveram, o que Lula deu para esses dois Estados, também para Montes Claros, para Janaúba, para Janaúria, mas não conseguiu, porque o PT não permitiu que a medida provisória atendesse à área da Sudene em Minas Gerais. Então, o nosso Governador Aécio Neves, o mais querido, lembrado aqui, junto com o mais eficiente servidor público de carreira, o Governador Anastasia, levaram para todas as cidades de Minas Gerais a telefonia celular. Essa é a verdade. O PSDB é esse partido do qual tenho orgulho. É o partido que criou a Lei de Responsabilidade Fiscal. Foi o partido que, junto com o Senador Itamar Franco, a quem rogamos melhoras, criou o Plano Real, acabando com a inflação. Ontem, houve a reunião com o PT, o Lula, o Sarney, o Michel Temer, Fernando Collor e Renan Calheiros, todos juntos para ajudar o Ministro Palocci. No entanto, Deputado Duarte Bechir, carregou este cartaz para Minas Gerais, com a apresentação do Ministro Mantega pelo mundo. Minas Gerais esquecida, Minas Gerais abandonada, essa é a verdade. O Tribunal de Contas deu parecer favorável a tudo que o governo de Minas fez. Procurar o quê? A Oposição foi e está sendo derrotada em sua iniciativa, pois os partidos da Oposição desta Assembleia não conseguem trazer investimentos para Minas Gerais.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, a grande reflexão que devemos fazer em Minas Gerais - é sempre bom relembrar a história de nosso Estado para que não a percamos da memória - é o trágico período em que o Estado ficou, não apenas ilhado, mas também sitiado pelo governo federal, na época do inesquecível e triste governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. É importante e inesquecível pelo lado ruim e pela herança maldita que deixou para o nosso Estado. Sem dúvida nenhuma, merece nossa grande homenagem o Senador Itamar Franco, que soube resistir naquele momento, pois as contas de Minas Gerais foram bloqueadas pelo governo federal. Nunca houve um governo federal que desrespeitasse tanto o Estado de Minas Gerais. Tal tratamento deixou uma dívida muito grande, uma dívida social, econômica e pública imensa para Minas. Esse foi o tratamento que o governo, daquele que foi tarde, ou seja, FHC, dispensou ao nosso Estado. Naquela época, o mapa de Minas era de um Estado sitiado. Para defender Minas Gerais, tivemos que colocar a gloriosa Polícia Militar para defender os interesses maiores do Estado. Sr. Presidente, o que mais me preocupa é que, mesmo depois daquele período de sítio e do desgoverno de Fernando Henrique Cardoso, o ex-Presidente Lula olhou para Minas Gerais com muito carinho. Ele trouxe investimentos importantes para Minas, como a BR-135, a BR-040, a BR-262, a fábrica de amônia em Uberaba e a fábrica de tanques do Exército em Sete Lagoas, ou seja, investimentos importantes que recuperaram o mercado interno e a capacidade de gerar empregos. No entanto, é importante termos a capacidade de fazer críticas e autocríticas. Muitas vezes, vejo certa vanglória com os méritos do choque de gestão, que, do ponto de vista de gerenciamento, tem aspectos positivos. Por outro lado, o choque de gestão apresentou debilidades, pois não conseguiu dar respostas do ponto de vista dos resultados macroeconômicos. E o governo federal cumpriu a sua parte quando fez o mercado de trabalho crescer. Sr. Presidente, no estudo publicado ontem pelo Dieese, com dados referentes a 2009, percebemos que Minas Gerais, entre os Estados da Região Sudeste, ocupa a 2ª colocação na geração de emprego. Veja bem, o governo federal fez o mercado de trabalho crescer, Minas Gerais acompanhou e ficou na 2ª posição entre os Estados da Região Sudeste. Por outro lado, Sr. Presidente, quando avaliamos a média salarial de Minas Gerais, percebemos que ocupamos a última posição entre os Estados do Sudeste, ou seja, a 4ª posição. Em termos de média salarial, perdemos para São Paulo, o Rio de Janeiro e o nosso querido Espírito Santo, que tem uma economia menor que Minas. A média salarial de nosso Estado ficou em 4º lugar. Por que isso aconteceu, Sr. Presidente? Porque a economia mineira está perdendo em competitividade e não está conseguindo competir com os outros Estados da Federação. Se Minas está ficando ilhado, talvez seja pela capacidade de fomento da economia mineira, pelas políticas públicas que se estão desenvolvendo em Minas Gerais, pela alta carga tributária cobrada por Minas Gerais, pelo ICMS que não é competitivo em relação a outros Estados, pela capacidade de fomento tecnológico. Além disso, Sr. Presidente, pela incapacidade das nossas universidades públicas estaduais, como, por exemplo, a Uemg e a Unimontes, de terem orçamento suficiente para disputar o mercado científico e tecnológico, pela incapacidade que tem o nosso Estado de fazer o financiamento do desenvolvimento econômico por meio do BMDG. Esse seja talvez o “esparrinhado” que o Deputado João Leite está querendo dizer. Portanto, em vez de ficarmos aqui mostrando mapinha e logotipo, precisamos pensar como fomentar a economia mineira e fazer um choque realmente de crescimento econômico e investimento público. Esse é o choque de que Minas Gerais precisa e de que estamos a favor.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, não é à toa que o Presidente Lula e a Presidenta Dilma foram eleitos e reeleitos em Minas Gerais com a votação que obtiveram. O Deputado Carlin Moura lembrou muito bem. Não é fácil um governo fazer um investimento só em obras do PAC num valor de R\$60.800.000.000,00, que foram para grandes e pequenos Municípios. Belo Horizonte foi muito agraciada. Por isso reconhece o Presidente Lula como o melhor que o Brasil e Minas Gerais já tiveram. É assim que se pensa também em Bom Jesus do Galho - aliás, foram construídas obras e obras de saneamento -, São João das Missões, cuja estrada está sendo ligada, assim como se ligou toda a estrada que vai daqui a Montes Claros, que está parecendo um tapete. Agora faremos o mesmo na BR-040 e na BR-381, que está sendo licitada. Então, é um governo que se preocupa com a visão social e a infraestrutura que precisa de ter o Estado como agente indutor. Acreditar nas parcerias público-privadas como única forma de fazer com que haja crescimento do Brasil foi o que levou o Brasil ao buraco. Fico imaginando se o Lula não tivesse entrado e tivesse permanecido o governo de Fernando Henrique. Deus me livre! Nem é muito bom lembrarmos essas coisas. Na verdade, é bom até nos benzermos. Imaginem se tivesse assinado o Tratado da Alca, do livre comércio das Américas? Com a crise internacional, Deputado Antônio Júlio, teríamos ido para o beleléu. Minas Gerais foi salva por alguns instantes de lucidez. Por exemplo, o Governador Itamar Franco - aliás, quero desejar-lhe pronta recuperação - salvou a Cemig sob os apupos do PSDB, que só faltou pedir o seu “impeachment”. Sob os apupos dele, Itamar salvou Furnas. No entanto, é uma visão nacionalista de que o Estado tem necessidade. Por isso a educação tem sido bem tratada. É preciso lembrar que agora vivemos em Minas Gerais com problemas reais que precisam ser discutidos nesta Casa Legislativa. Não se pode tentar desviar o assunto. Uma professora, Sr. Presidente, não pode ganhar um



salário-base de R\$369,00. Peço ao Governador Anastasia, como professor e pessoa de bem, que verifique essa questão do piso salarial das professoras. O subsídio ficou para trás. O STF determinou que haja um piso. Solicito encarecidamente ao Governador Anastasia que estabeleça o piso de R\$1.200,00 para professora de ensino médio e o piso que o sindicato pede de R\$1.500,00 para uma professora com nível superior. Esse valor não é muito. Na verdade, são menos de três salários mínimos para que uma professora tenha uma jornada de trabalho e um salário dignos. Governador, um salário-base de R\$369,00 não é digno de Minas Gerais. Além disso, peço-lhe também que olhe para a segurança pública. O Deputado Sargento Rodrigues fez um discurso apaixonado solicitando ao Governador que não permita que a Polícia Militar seja obrigada a fazer greve no dia 8, juntamente com a Polícia Civil, que, aliás, já a está anunciando, em razão do completo descaso do governo do Estado, que quer ficar brincando de atacar Dilma com a sua base de governo. Governe Minas e não fique preso ao cenário passado e aos planos futuros para o Senador Aécio Neves. Isso não traz benefícios para Minas Gerais. Essa guerra não pode continuar a mando do Senador Aécio Neves, que tem muito a explicar, como o jatinho, em que ele anda para cima e para baixo, que dá para comprar quatro apartamentos do Palocci. Esse jatinho é do seu ex-cunhado Osvaldo Borges, que está na Codemig desde que ele entrou. Ele tem de se explicar. É melhor que o Senador cumpra primeiro o seu mandato de Senado de forma competente, que mostre serviço, para depois trazer o debate da sua eleição de 2014. Que deixe o Governador Anastasia governar, e não ficar com essa herança pesada que o Aécio deixou para ele. A cada momento ele tem que indicar pessoas que têm de ser demitidas logo em seguida, porque são fichas-sujas. A cada dia, o jornal “Estado de Minas” publica o nome de mais um que é demitido. Isso não pode acontecer. O Senador Aécio Neves não pode amarrar o Governador Anastasia naquilo que é o seu interesse de 2010. Faça como fez o Presidente Lula e como está fazendo a Presidenta Dilma. Vamos observar os investimentos no Brasil, no setor educacional, na saúde, na segurança pública. Vamos trabalhar para que Minas Gerais seja, de fato, um Estado que evolua, um Estado onde a educação seja vista com prazer de ser educação, um Estado com uma saúde digna. Enfim, que o Estado de Minas Gerais, tendo o aporte e o carinho que tem da Presidente Dilma, avance ainda mais. E pedimos ao Tribunal de Contas que seja mais imparcial, que olhe do ponto de vista técnico as denúncias feitas. Minas não merece que se alugue um prédio de 12 andares pela bagatela de R\$13.000,00 para agradar o Sr. Fasano, amigo do Senador Aécio Neves.

O Deputado Antônio Genaro - Sr. Presidente, farei um pronunciamento nos próximos dias, mas solicitei esta oportunidade para comentar o que está acontecendo no nosso Brasil, relativamente aos homossexuais e ao fato de nossa Presidente Dilma ter cedido à distribuição do “kit-gay” nas escolas. A Secretária do MEC, que já foi Secretária de Educação de Belo Horizonte, disse que os Deputados cristãos são fundamentalistas religiosos. Alguém já disse que palavra é como abelha, ao mesmo tempo que ela fornece o mel também dá ferroada. Fundamentalistas religiosos. Essa palavra tem sido usada de forma errada. O que seria fundamentalista? Seria eu não querer que meu filho e minha filha, que minha família entrasse nessa, descambando moralmente para o mundo de homossexuais? Que eu quisesse que minha família tivesse um ensinamento seguro, firme, que trouxesse bens para a sociedade do futuro? Religiosos fundamentalistas, graças a eles é que se seguiu muita coisa, que deixou de acontecer. Agora, quanto a essa história de “kit-gay”, eu fico impressionado por isso ser distribuído nas escolas, para crianças com idades de 5, 6, 7, 8, 10, 13 anos. Os homossexuais estão pensando o quê? É que, infelizmente, a gana de ter o voto do homossexual, tanto em nível nacional como estadual, leva governantes a quererem agradar os homossexuais, a agradar uma classe que faz parte da sociedade, infelizmente. Digo infelizmente porque o que os homossexuais têm para ensinar é totalmente antinatural; é contrário à natureza. Alguém já disse que, quando se quer saber para que uma certa coisa foi feita, deve-se analisar a natureza dessa coisa. Por exemplo, o homem - perdoem-me a maneira de falar - tem o pênis e o ânus. Analisem a natureza para ver por que ele foi feito. E a mulher? Analisem a sua natureza para ver por que ela foi feita. Quem é que pode me contestar e dizer que o que estou falando não é verdade? Isso é absolutamente antinatural. Tudo que é antinatural faz mal para a saúde da pessoa, para a saúde da sociedade, para um povo. Deus me livre ter na minha família ou entre os meus amigos alguém que se utiliza da sua natureza para exercer o antinatural. É por isso que o mundo vai de mal a pior. Há um cidadão que tem um “clip” na internet. Ele diz: “Demoramos três meses para decidir se o beijo “gay” ia ser com língua ou sem língua”. Cria vergonha na cara! O indivíduo conquista uma “coisinha” e daí a pouco ele quer mais. Como dizia na minha terra: “Você dá o pé, ele quer a mão”. O que os “gays” querem agora? Vou fazer um pronunciamento mais completo no momento certo. Só para terminar, Sr. Presidente, a escola tem de informar aos pais o que vai ensinar. Esse “kit gay”, graças a Deus, foi barrado pelos Deputados evangélicos. Podem dar o nome que quiserem, mas é graça aos cristãos de verdade, que o mundo é uma carne que ainda tem sal para - digamos assim - não apodrecer totalmente.

O Deputado Antônio Júlio - Obrigado. Sr. Presidente, Srs. Deputados. Quero apenas comentar as repercussões da última semana, lamentavelmente de ontem. A imprensa deverá divulgar amanhã que o contrato do Ipsemg continua suspenso pela ação do nosso Bloco. Isso ocorreu porque não concordamos com o valor do aluguel do prédio. Na verdade, o Ipsemg insiste em alugar o prédio de 12.000m, em plena Praça da Liberdade, por 70 anos. São 35 anos, renováveis por mais 35 anos, para uma empresa pagar apenas R\$15.000,00 por mês.

Fiscalizar também é papel do parlamentar. O Tribunal, infelizmente, deu um parecer contrário ao Ministério Público lotado no Tribunal de Contas, porque o parecer lido pelo Conselheiro Wanderley foi feito pelo Ipsemg e não pelo Tribunal. É isso que, às vezes, deixa-nos bastante chocados. O Deputado Sargento Rodrigues disse aqui que há horas em que dá vontade de voltar para casa e deixar de ser Deputado. Vemos tantas coisas acontecerem e tentamos consertá-las. Não somos contra alugar o imóvel, melhor do que ser ocupado de graça. O Estado poderia ceder o imóvel de graça para o empreendimento, sem problemas, a lei permite isso. Agora, dar um prédio de 12.000m a uma empresa! O prédio foi dado. Como se faz um contrato de comodato por 35 anos? Nenhum comodato é feito nessas normas. Geralmente, no nosso Estado, os comodatos são de 10 anos, 15 anos ou, no máximo, 20 anos. E eles fizeram por 35 anos, renováveis por mais 35 anos. A desculpa que o Deputado João Leite está dando - e eu sei que é assim - é que eles vão fazer o investimento. Mas o investimento será para eles, que vão explorar o empreendimento, e não para o Estado. O que o Estado fará com um prédio daqui a 70 anos? Quanto valerá esse investimento de R\$36.000.000,00 daqui a 70 anos? Não sabemos como será o hotel. Hoje, com a tecnologia, o mundo muda tão rápido que ficará totalmente fora da realidade. Portanto, é essa a discussão que fazemos. Vamos lutar até o final. Se perdermos, não haverá problema, pois cumprimos nosso papel fiscalizador. Perder faz parte do jogo. Mas



vamos denunciar o Tribunal de Contas, que não analisou os processos. O Conselheiro Wanderley cortou todos os prazos possíveis, mas não esperava a reação do nosso Bloco - principalmente deste Deputado - que, assim que saiu o resultado, impetrou recurso para suspender a reunião que tinha sido feita. Tudo isso, dentro do processo legal, de acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas. Fato é que não concordamos e vamos continuar sem concordar. Esperamos agora a ação do Ministério Público, que mandou fazer uma reavaliação. Já há uma avaliação interna, mostrando que o valor é de R\$200.000,00 por mês. Argumentando que o prédio está velho e ruim, poderiam descontar até 50%, o que traria o valor para R\$100.000,00. Mas, R\$15.000,00? Dirigindo-me a você, telespectador, que conhece Belo Horizonte: trata-se de um prédio em plena Praça da Liberdade, com 12.000m de área construída, que está alugado por R\$15.000,00! O João Leite apresenta ali um mapa dos investimentos do governo federal, em que Minas está esquecida. Mas isso não corresponde à verdade. Acho que, no caso, deveríamos perguntar ao Mantega se ele se esqueceu de Minas Gerais. Mas o fato é que estão fazendo o Rodoanel de Betim, uma obra fantástica, que vai resolver aquele problema sério, o de quem chega de São Paulo ou do Triângulo Mineiro. A obra, parada há mais de 20 anos, está sendo feita e é cara. Então, o governo federal está investindo, sim, em Minas Gerais, e já fez muito investimento. Infelizmente, isso pode ter sido um erro. Questiona-se, por exemplo, o trem-bala, que, na minha opinião, tem de ser feito, mesmo. Minas precisa parar com esse negócio de pensar pequeno! Não temos coragem de discutir o metrô de Belo Horizonte; os políticos de Minas, ou melhor, de Belo Horizonte, não têm coragem para isso. Falam em criar o trem BRT, algo mais do que ultrapassado. Ao invés de discutir o metrô ou, como discutem hoje São Paulo e Rio de Janeiro, a construção do trem-bala, querem discutir a colocação de trem num ônibus, o tal de BRT, que vários Estados estão abolindo. E queremos fazer isso em Minas Gerais! Enfim, este Estado precisa parar de pensar pequeno. O governo federal tem de investir em Minas Gerais, e é nosso o papel de cobrar isso e de lembrá-los de não fechar os olhos para o que está sendo feito neste Estado. Essa discussão é importante, mas vemos que o governo federal tem investido em Minas Gerais, sim. Talvez, não da forma como queremos ou precisamos, até porque o Fernando Henrique ficou por oito anos sem colocar um tostão em Minas Gerais. Foram oito anos! E o Lula está recuperando esse tempo, com muita competência. Começou, não; acabou agora. Foram 25 anos para fazer a BR-381, e foi o Lula que licitou, que fez o pedágio, etc. Era só esse o comentário que queria fazer Presidente, agradecendo a paciência e tolerância em nos ouvir.

O Deputado Sargento Rodrigues - Quero apenas lembrar que ontem ocupamos a tribuna desta Casa para tratar de um assunto muito importante: a mobilização dos policiais em Minas Gerais. Em meu pronunciamento, tivemos a serenidade e a seriedade de trazer o problema para dividi-lo com os colegas Deputados. Mas dividir como, Deputado Duarte Bechir? Dividindo a nossa preocupação, porque, como parlamentar, tenho o dever de me preocupar com a segurança pública dos mineiros. Assim, de forma serena e responsável, trouxemos ao conhecimento de todos a nossa preocupação, até porque essa assembleia que se realizará no dia 8 de junho não será apenas para fazermos outra passeata, mas para deliberarmos. Por outro lado, fizemos ao governo apelo para que antecipe o anúncio da política salarial que ele vai propor. Quero deixar claro para todos os policiais e bombeiros militares que nos acompanham neste momento pela TV Assembleia que esse índice, acredito eu, será anunciado até o dia 6 ou dia 7, no máximo - esse é o sentimento não só deste Deputado, mas também dos Presidentes de entidades que estavam à mesa negociando com o Secretário de Defesa Social, Lafayette de Andrada, e com a Secretária Renata Vilhena. Levaremos à assembleia os números que forem anunciados pelo governo, e essa assembleia dos policiais e bombeiros militares nos dirá se aceita ou não a proposta ofertada pelo governo. Apenas para reafirmar a nossa preocupação, disse aqui ontem sobre a possibilidade de termos nessa assembleia 30 mil policiais e Bombeiros militares. Aliás, a organização do movimento já nos informou que sairão mais de 60 ônibus de todas as partes do Estado, do Norte e do interior. Apenas do interior do Estado, possivelmente 60 ônibus já estão com a lotação completa, além da mobilização do pessoal da região metropolitana. Portanto a nossa preocupação é com o anúncio do governo, pois esperamos que ele tenha a sensibilidade de compreender a reivindicação do piso salarial, entregue desde o dia 5 de maio. Estamos preocupados se o governo responderá à proposta com serenidade. Ressalto, Sr. Presidente, que não se pode fazer qualquer tipo de comparação interna dentro do Estado com as Polícias Militares e Civis no Brasil, pois o "ranqueamento" é com as polícias no âmbito nacional. Por exemplo, na Paraíba já pagam R\$3.200,00 de piso salarial; em Sergipe, o piso está acima desse valor. Ou seja, Estados menores do Nordeste recebem mais, e estamos aqui aguardando esse anúncio do governo. Gostaria ainda de relembrar os companheiros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar que eles deverão comparecer nessa assembleia do dia 8, às 14 horas, no Clube dos Oficiais da Polícia Militar, onde a decisão será tomada: se aceitarão a proposta ofertada pelo governo ou se a categoria deliberará ou não por uma paralisação. Faço apenas esse lembrete e registro a nossa preocupação. Ocupi a tribuna para dividir essa preocupação com os senhores parlamentares, já que tivemos uma audiência na Comissão de Administração Pública - e fui o autor do requerimento -, em que tivemos a oportunidade de entregar ao Presidente da Comissão de Administração Pública e ao Presidente da Assembleia a proposta do piso salarial de R\$4.000,00. Essa é a reivindicação. Agradeço a atenção da Presidência, que neste momento é ocupada pelo Deputado João Leite.

O Sr. Presidente (Deputado João Leite) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Muito obrigado, Deputado João Leite. Srs. Deputados e telespectadores, gostaria de iniciar minhas considerações tratando da fala do mais antigo dos nossos colegas nesta Assembleia de Minas, o Deputado Antônio Genaro, pelo qual nutro o mais profundo respeito. Reconheço o seu importante papel, mas, em função de sua reflexão, eu, pela minha formação acadêmica, pela minha formação cristã e pela minha vida, não posso admitir que tratemos da natureza humana somando apenas as funções biológicas e sexuais. A natureza humana é mais complexa, mais desafiadora para nós, do que só tratar dessa questão como se tivéssemos entre os seres humanos apenas machos e fêmeas. Temos seres humanos integrais, com sua dimensão integral, com sua complexidade, com sua variação e afetividade. A realidade humana coloca-nos numa condição... Não estou fazendo prejulgamento, apenas quero dizer que a natureza humana é mais complexa. Ela exige de nós uma análise mais aprofundada e mais cuidadosa para que, de qualquer maneira, não nos exacerbe aqui. Seja lá no Ministério da Educação, seja em função do "kit" contra a homofobia, seja das discussões que tivermos aqui, que reforcemos algo que é trágico em nossa relação e em nossa condição de seres humanos, que é o preconceito. Sou contra qualquer atitude humana que reforce preconceitos. Temos de combatê-los



vigorosamente. Acredito que talvez o Ministério da Educação tenha apresentado este “kit” com o objetivo de mostrar que existe algo mais que apenas macho e fêmea, essa relação entre os seres humanos, que alguns afirmam como verdadeira entre nós, cristãos. Posso afirmar categoricamente que nem entre todas as categorias de evangélicos e católicos temos apenas essas relações. Então teríamos de estar aqui em uma condição de voltar à Inquisição. Se isso é maligno, não poderíamos aceitar entre nós. Mas não é dessa forma que considero, e essa foi apenas uma reflexão. Quero dizer a meu companheiro que também tenho um profundo respeito pelo Deputado João Leite. As questões da relação entre União e Estado são mais profundas do que essas. Talvez seja um equívoco. Se o nosso Deputado quiser colocar esses dados apenas como fatos definitivos e verdadeiros, estará causando e tomando uma atitude muito ruim como cristão e como alguém que se coloca aqui como defensor de valores, dos recursos. Desafio V. Exa., Deputado João Leite, com muito carinho, a sentarmos e discutirmos as relações do nosso governo federal, da União com o Estado de Minas Gerais: quais os repasses que existem, quais as ações que se fazem aqui em Minas e qual o significado delas. Conversei com o Deputado Antônio Júlio e com o Deputado Carlin Moura - e há mais 27 parlamentares que fazem parte da frente parlamentar - e também acabei de discutir com o Presidente desta Casa para fazermos uma grande e profunda discussão, pois essa é uma questão de Estado, e não uma questão de apenas uma frente parlamentar, de um só segmento da Casa. É urgente discutirmos a dívida do Estado com a União. Devemos modificar isso rapidamente. É dever nosso rediscutir uma dívida que fora feita. Também não devemos ficar aqui condenando o PSDB porque fez e fez mal e dizendo que os referenciais são ruins. Temos é de melhorar essa situação. Devemos discuti-la urgentemente para colocar isso nos trilhos, para a viabilidade do Estado e uma relação verdadeiramente republicana e saudável entre o Estado e a União. O que gastamos, o que o governo do Estado está aplicando em Minas nas rodovias, nas universidades, nos Ifets, no desenvolvimento do Estado está além da apresentação do Deputado João Leite. Então, quero chamar a atenção para essas considerações para não ficarmos aqui em um embate vazio, mostrando apenas os defeitos que existem entre nós. Podemos eventualmente contribuir para o grande desenvolvimento do nosso Estado. Precisamos de, juntos, somar nossas forças e aquilo que realmente temos de identidade para colocar o Estado de Minas Gerais em um patamar mais elevado das suas possibilidades de desenvolvimento. E aqui temos muito o que discutir, tanto em relação ao governo federal como em relação ao governo do Estado de Minas Gerais, que carece de um maior comprometimento com as políticas públicas, sociais e de desenvolvimento do Estado.

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, quero saudar os membros desta Casa, especialmente os da Oposição, que tiveram oportunidade de manifestar-se nesta tarde, cada qual trazendo sua forma de ver e agir. Todos nós, com muito respeito, ouvimos atentamente, mas convém, Presidente, fazer algumas considerações importantes a respeito do que foi dito anteriormente nesta Casa. Muito rapidamente, passarei pelo “kit-gay”. Creio que a Presidente Dilma estava sendo traída. Como boa mineira, creio que ela não sabia desse “kit”. Deveria haver gente fazendo coisa errada sem a autorização dela. Em tempo, ela tomou conhecimento, não se sabe se por meio da bancada evangélica, e cortou o mal, não permitindo que chegasse às escolas, o que seria muito pior. Até agora, mais de R\$2.000.000,00 foram jogados no lixo, e em tempo o material não foi distribuído. Em segundo lugar, o Deputado Antônio Júlio nos traz a informação de que até o presente momento o Tribunal de Contas não proferiu uma decisão a respeito da dívida suscitada pelo bloco da Oposição desta Casa. O bloco da Oposição coloca uma meia verdade para a população ao dizer que o aluguel do imóvel é cerca de R\$15.000,00 por mês, mais uma vez esquecendo-se de falar à população mineira da publicidade que o governo de Minas deu à licitação, permitindo qualquer empresa de participar, de forma clara e transparente, por meio de publicação nos principais jornais de Minas e do Brasil e no “site” do governo. Em nenhum momento o Deputado Antônio Júlio fala da publicidade que antecedeu o feito e originou o processo licitatório. Se fosse informado de que o Estado não fez a devida publicidade, eu seria o primeiro a ir contra porque o governo não pode ter nenhum compromisso com a população sem antes lhe dar a devida publicidade. Nobre Deputado Antônio Júlio, V. Exa. é um dos pares que tem uma consciência das mais perfeitas, formada pela escola regular e pela escola do Legislativo. Colocamos a informação para a população de uma forma, e V. Exa. a coloca de outra. V. Exa. disse que por R\$12.000,00 ou por R\$15.000,00 valeria muito mais, mas esses R\$15.000,00 foram amplamente divulgados. E os investimentos ditos por V. Exa. em 35 anos serão somados ao patrimônio do Estado posteriormente, e não são pequenos investimentos. V. Exa., como Deputado já consagrado nesta Casa pela atuação política, não coloca toda a informação necessária para a população. Faço essa reparação para que a população não veja apenas com os olhos dos que falam uma coisa, e não de todo o processo. Em terceiro lugar, quero falar a respeito do cartaz trazido pelo Bloco Transparência e Resultado. Vale ressaltar que os investimentos mostrados nessa peça publicitária não querem dizer que o governo federal não tenha investido em Minas nos últimos anos. Claro que investiu, há emendas parlamentares, atendimento aos Prefeitos. Esse cartaz mostra o retrato do Brasil para os próximos 8 e 12 anos. Ou seja, Minas Gerais está ilhada porque o que seria decidido para o Estado foi tirado. Recentemente, perdemos a Fiat para Pernambuco e a Petrobras para a Bahia. Gostaria que o Deputado que me suceder explique ao povo de Minas por que nos tomaram a Fiat para Pernambuco e parte da Petrobras para a Bahia. Eu me sentiria muito realizado se dessem as duas respostas ao povo de Minas Gerais, que nos cobrará atuação firme e decisiva nesta Casa para buscarmos no governo federal o valor de Minas. A nossa arrecadação, que representa a segunda ou terceira economia do Brasil, não o representa no retorno desse benefício ao povo mineiro. Se algum Deputado da Oposição me suceder, que por favor responda por que a Petrobras foi para a Bahia e a Fiat foi para Pernambuco. Para finalizar, que Minas Gerais seja vista com o respeito e a admiração que todos os outros Estados têm. Somente o governo federal não está tendo conosco. Minas Gerais é a história do Brasil. Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves, Tiradentes e outros tantos mineiros ajudaram muito a construir o Brasil, e hoje estão retirando de nós a nossa vez na política nacional. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Ulysses Gomes - Sr. Presidente, nobres companheiros, Deputadas e Deputados, boa tarde. Sr. Presidente, anteriormente tive oportunidade de compartilhar um pouco até mesmo das angústias que vivemos aqui no Parlamento. Estou chegando agora, estou completando quatro meses de mandato e confesso que me incomoda muito esse nível de debate. É um debate que não aprofunda o que precisamos discutir sobre os problemas em Minas Gerais. Quando a Oposição levanta um problema - e obviamente teremos muitos, pela dimensão do nosso Brasil, que é continental - em Minas Gerais, o bloco de Oposição na esfera nacional, da mesma forma, levanta outro problema nacional. Não que isso seja ruim, obviamente há um aspecto bom, porque é importante alertar sobre o que precisa ser melhorado. Mas o fato concreto é que não conseguimos discutir a fundo os problemas de Minas Gerais. O que precisamos



aqui é unir forças, tanto Situação quanto Oposição e Deputados de qualquer região de Minas Gerais. Os Deputados aqui vêm questionando o que o governo federal está investindo em Minas. Comentei agora há pouco o quanto o governo federal tem investido em nosso Estado. Minas Gerais é o quarto Estado do Brasil a receber mais transferências de recursos do governo federal. Não é uma questão partidária, porque o primeiro governo do PT, o da Bahia, está em sétimo lugar em transferência de recursos do governo federal. O primeiro governo que mais recebeu recursos do governo do Presidente Lula é o de São Paulo, o governo do PSDB, Deputado Rogério Correia, nobre Líder do nosso bloco. O primeiro é São Paulo, seguido de um governo do PR, um do PMDB e, em quarto, novamente do PSDB, Minas Gerais. Isso mostra, já disse - e não há erro nenhum nesse sentido -, o compromisso e a forma republicana de governar o nosso Brasil. Em relação às empresas, por exemplo, participei na semana passada da assinatura de convênio entre a Prefeitura de Pouso Alegre, no Sul de Minas, e uma empresa chinesa, a XCMG, que implementará também uma empresa em Belo Horizonte. O Governador participou, assinou aqui um convênio importante. Está sendo trazido para Minas Gerais, para Pouso Alegre, no Sul de Minas, o maior investimento da China no mundo. É uma grande conquista. Só para construir a fábrica serão R\$330.000.000,00; haverá geração de mil empregos diretos e mais de 4 mil empregos indiretos. Serão 5 mil empregos gerados no Sul de Minas. Isso mostra que Minas Gerais está sendo privilegiada, está sendo escolhida, há investimento concreto. Venho cobrando um investimento desde o início do mandato, desde fevereiro: no dia 10 de fevereiro, o governo federal, atendeu às demandas do nosso Governador, pelos problemas que Minas Gerais passou no início do ano, em janeiro, em razão das chuvas. Em função das enchentes, 85 Municípios mineiros decretaram estado de emergência e calamidade, nobre Deputado João Leite. O governo federal mostrou-se sensível a esse grande problema. Dos 85 Municípios mineiros, 34 - 40% - são do Sul de Minas. O fato de haver muitos Municípios do Sul de Minas coloca-me mais a par disso e me faz mais sensível a essa causa. Também fico ainda mais sensível porque já passei por isso duas vezes em Itajubá. Em 1991 e em 2000, tivemos graves enchentes dentro de casa. Em 1991 tive problemas: 70cm de água dentro de casa e, depois, 1m40cm. Ou seja, vivi na pele a dificuldade de passar por uma enchente. A cidade inteira teve esse problema. Todos que viveram isso e que assistiram na TV sabem as consequências da enchente e das águas, sabem o problema que é para a cidade e para as famílias. O governo federal transferiu R\$70.000.000,00 para o governo do Estado, R\$20.000.000,00 para Belo Horizonte e R\$50.000.000,00 para os outros Municípios. No dia 10 de fevereiro, o Ministro da Integração Nacional esteve aqui e transferiu esse dinheiro para o governo do Estado. O governo aportou mais R\$20.000.000,00. Então, seriam destinados R\$70.000.000,00 aos Municípios. Está aqui a notícia do dia 11 de fevereiro, sexta-feira: “O Governador Anastasia autorizou, nesta sexta-feira, dia 11, o repasse de R\$70.000.000,00, sendo R\$50.000.000,00 do governo federal e R\$20.000.000,00 do governo do Estado para atendimento emergencial aos Municípios atingidos pelas chuvas em Minas Gerais, após avaliações técnicas, vistorias em locais atingidos e elaboração de projetos”. Oitenta e cinco Municípios iriam receber. Sabe o que aconteceu até agora, nobre Presidente? Zero por cento de execução desse dinheiro, que já está depositado. Está aqui o planejamento, o espelho do sistema da Setop. São R\$50.000.000,00 em caixa do governo federal. Não é nem percentual, não tem nem como falar, é zero vírgula zero, ou seja, nenhum centavo de investimento. Estou acompanhando o caso e quero compartilhar as informações com o Líder do bloco, Deputado Gustavo Correa, que já tentou intermediar. Amanhã estarei com o Diretor-Geral do DER para discutir o caso, o qual ficou de me apresentar todos os critérios e o porquê desse atraso. Imaginem: fevereiro, março, abril e maio. O mês de maio está terminando. Passaram-se quatro meses, o dinheiro está na conta, mas nenhum Município conseguiu até agora receber. Pediria só um segundinho da sua atenção para eu ler os nomes dos 85 Municípios que decretaram estado de calamidade e que até agora não receberam nenhum centavo. De qualquer forma, fica aqui o registro. Agradeço a atenção. Oitenta e cinco Municípios mineiros decretaram estado de calamidade ou de emergência em função das chuvas e das enchentes. O governo federal atendeu à demanda, depositou o dinheiro, mas, infelizmente, o nosso Governador Anastasia não executou nenhum centavo. Espero podermos unir forças para agilizar, apesar da demora, para que esse dinheiro chegue às mãos dos Municípios que precisam resolver o problema das chuvas e das enchentes do início do mês de janeiro. Não há até agora nenhuma execução. Coitados desses Municípios que até hoje não foram atendidos. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/5/2011

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Celinho do Sinttrocel, Anselmo José Domingos e Gustavo Valadares, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Alencar da Silveira Jr. e Luiz Carlos Miranda. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Anselmo José Domingos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a prestação de serviços públicos de transporte pela empresa Transimão Transportes e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: dos Srs. Márcio Lacerda, Prefeito Municipal de Belo Horizonte, justificando sua ausência na visita realizada no dia 27/4/2011 às obras do Hospital Metropolitano do Barreiro, e ao Viaduto do Barreiro, e João Izael Querino Coelho, Prefeito Municipal de Itabira, justificando sua ausência na reunião de audiência pública, em João Monlevade, sobre a duplicação da BR-381 e da Sra. Vânia Teixeira da Rocha, Vereadora da Câmara Municipal de Esmeraldas, publicada no “Diário do Legislativo” de 5/5/2011. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Helena Eustáquia da Paixão Silva, Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Vale das Acácias, e os Srs. João Affonso Baeta Costa Machado, Diretor de Fiscalização, representando José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais -



DER-MG -; Maurílio Laureano da Silva, Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte, representando Wallace Ventura Andrade, Prefeito Municipal de Ribeirão das Neves; Custódio Leonardo Bastos, Diretor Operacional, representando Nilo Gonçalves Simão, Presidente da Transimão Transportes; Paulo Roberto Tibúrcio, Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Florença e Adjacências; Ronaldo de Assis Carvalho, Gerente de Fiscalização do DER-MG; Jaderis Araujo de Oliveira, Presidente da Associação dos Trabalhadores em Transporte Coletivo Urbano de Belo Horizonte e Região Metropolitana - Asttracurb - ; Júlio Barbosa Neto, Diretor e Coordenador do Sindicato Rodoviário de Belo Horizonte; e Renato Correa dos Santos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Transporte Rodoviário de Contagem, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, Deputado Celinho do Sinttrocel, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Retira-se da reunião o Deputado Gustavo Valadares. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2011.

Celinho do Sinttrocel, Presidente - Juninho Araújo.

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/5/2011

Às 15h4min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Luiz Carlos Miranda, Tadeuzinho Leite, Celinho do Sinttrocel e Duarte Bechir, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Celinho do Sinttrocel, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou o relator citado a seguir: Projetos de Lei nºs 786/2011 no 1º turno e 605/2011 em turno único (Tadeu Martins Leite). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 717/2011, no 1º turno, que conclui pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1, a Subemenda nº 1 à Emenda nº 2, e com as Emendas nºs 3 e 4, que apresenta, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de distribuição de avulso. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 620, 623, 641 e 644/2011. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 41, 134 e 139/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados André Quintão em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular para discutir a situação dos cortadores de cana tendo em vista a acelerada mecanização do campo, resultando em enorme mão de obra ociosa na região; Celinho do Sinttrocel (11) em que solicita seja encaminhado ao Sr. Arlélcio Carvalho Lage, Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho de Minas Gerais, pedido de informações e cópia da representação nº 1626/2005 e dos autos da Inquérito Civil nº 00656.2008.03.000/2; seja encaminhado ao Sr. Alysson Paixão de Oliveira Alves, Superintendente Regional do Trabalho e Emprego de Minas Gerais, pedido de informações, em forma de relatório, das solicitações referentes a acidentes e doenças de trabalho, de fiscalização realizadas e não realizadas e o motivo de sua não realização, recebidas por esta Superintendência nos anos de 2009, 2010 e 2011; seja encaminhado ao Sr. Garibaldi Alves Filho, Ministro da Previdência Social pedido de providências para a não criação de novas regras visando impedir ou dificultar a pensão de viuvez no Brasil; seja encaminhada manifestação de apoio ao Deputado Arnaldo Jordy, autor do Projeto de Lei nº 447/2011, que tramita na Câmara dos Deputados, e que se solicite ao relator, Deputado Leonardo Quintão, celeridade na análise e tramitação do referido projeto. Requer ainda que seja dada ciência deste requerimento ao Deputado Marco Maia, Presidente da Câmara dos Deputados; seja encaminhado à Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério do Trabalho e Emprego pedido de informações sobre as providências tomadas para expedir documento que determinará a autorização da Polícia Federal, conforme direito adquirido pela Lei nº 11.501, de 11/6/2007, para o porte de armas por parte dos Auditores Fiscais do Trabalho. Requer ainda seja dada ciência deste requerimento à Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho de Minas Gerais e ao Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; seja encaminhada manifestação de protesto ao Ministério de Trabalho e Emprego sobre a política de cortes no orçamento adotada pelo governo e seja encaminhado pedido de providências para a reestruturação e investimentos na valorização profissional dos trabalhadores lotados na Superintendência do Trabalho e Emprego de Minas Gerais. Requer ainda seja dada ciência deste requerimento à Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho de Minas Gerais e ao Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; seja encaminhado ao Ministério do Planejamento pedido de providências para efetivar os 220 concursados aprovados para Auditor Fiscal do Trabalho, bem como inicie uma política de valorização dos servidores da classe. Requer ainda seja dada ciência deste requerimento à Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho de Minas Gerais e com o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho; seja encaminhado à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE - de Minas Gerais pedido de informações sobre a lista das 100 empresas onde mais ocorreram acidentes de trabalho e adoecimento de trabalhadores no Estado nos últimos 5 anos; e os dados dos acidentes de trabalho por Município nos últimos 5 anos; seja encaminhado ao Ministério do Trabalho e Emprego pedido de informações sobre as análises de acidentes fatais no Estado nos últimos 5 anos; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Administração pedido de informações sobre os dados relativos ao afastamento de servidores públicos por motivos de acidente e adoecimentos laborais, com detalhamento das causas, tempo de



afastamento e Municípios de origem; seja realizada reunião de audiência pública para discutir os parâmetros e métodos de funcionamento do programa Rede Mineira de Trabalho do governo do Estado. A Presidência recebe, para posterior apreciação, requerimento do Deputado André Quintão em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, conjunta com a Comissão de Participação Popular, para discutir o Projeto de Lei nº 865/2011, que cria a Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2011.

Rosângela Reis, Presidente - Tadeu Martins Leite - Juninho Araújo.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/5/2011

Às 10h8min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Bosco, Dalmo Ribeiro Silva, Carlin Moura, Neilando Pimenta e Rogério Correia (substituindo o Deputado Paulo Lamac, por indicação do Bloco Minas sem Censura), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a situação em que se encontra a Superintendência Estadual de Ensino de Muriaé e a discutir e votar proposições da Comissão. Após, comunica o recebimento de carta da Sra. Walderez de Campos Palhares, em que encaminha documentos e solicita seja realizada visita desta Comissão à Superintendência Regional de Ensino de Sete Lagoas. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 161/2011, em 1º turno (Deputado Paulo Lamac); 466/2011, em 1º turno, e 666/2011, em turno único (Deputado Bosco); 818/2011, em 1º turno (Deputado Neilando Pimenta); 880/2011, em 1º turno, e 971/2011, em turno único (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); e 922 e 923/2011, em turno único (Deputado Carlin Moura). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 628/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Luzia Ferreira, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a situação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - Cefet-MG -, especialmente a contratação e manutenção de corpo docente e a viabilidade de sua transformação em Universidade Tecnológica Federal de Minas Gerais; do Deputado Bosco (2), em que solicita seja aprovada a participação desta Comissão na abertura do 1º Fórum de Integração Universitária, edição Sul-Sudeste de Minas Gerais, em homenagem aos 85 anos de fundação do Diretório Acadêmico Estudantil da Universidade Federal de Lavras - Ufla -; e Deputados Bosco, Dalmo Ribeiro Silva, Carlin Moura, Neilando Pimenta, Paulo Lamac e Rogério Correia, emendado pelo Deputado Carlin Moura, em que solicitam ao Presidente da ALMG seja realizado estudo para viabilizar a elaboração, com participação de entidades da sociedade civil da área da educação, e a publicação de cartilha sobre a educação profissional e tecnológica no Estado. São recebidos pela Presidência requerimentos dos Deputados Bosco (2) em que solicita sejam encaminhadas manifestações de congratulações com o Serviço Educacional Lar e Saúde pela implementação do Programa Viva Melhor em Minas Gerais e com a Faculdade Adventista de Minas Gerais e seu Diretor-Geral, Pastor Edinelson Storch, pela comemoração do Dia da Educação Adventista; Rogério Correia (2) em que solicita sejam encaminhados à Secretaria de Estado de Educação pedidos de providências para a abertura de sindicância com vistas à apuração de supostas denúncias de irregularidades praticadas pela Superintendente Regional de Ensino de Muriaé e pela Inspetora Escolar M.S.A.F., lotada na mesma Superintendência. Nesse momento, registra-se a presença do Deputado Paulo Lamac. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Beatriz da Silva Cerqueira, Presidente do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - Sind-UTE-MG; e os Srs. Ivan da Silva Lomeu, Diretor do Sind-UTE, e Sandro Areal Carrizo, Coordenador do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Muriaé, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2011.

Bosco, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Carlin Moura.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/5/2011

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, João Vítor Xavier, Ulysses Gomes e Sebastião Costa (substituindo o Deputado Doutor Viana, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" de 12/5/2011: ofícios dos Srs. Daniel Silva Balaban, Presidente do FNDE (3); Rômulo Martins de Freitas, Superintendente Regional da CEF; Antônio José Gonçalves Henriques, Diretor Executivo do Fundo Nacional de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Humberto Miranda Cardoso, Diretor de



Gestão Interna da Secretaria Executiva do Ministério da Cultura; Paulo Roberto Messias Strack, Coordenador-Geral de Finanças da Embratur, e Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 540 e 541/2011 (Deputado Gustavo Perrella) e 667/2011 (Deputado Doutor Viana), no 2º turno; e 583/2011 (Deputado Antônio Júlio) e 665/2011 (Deputado João Vítor Xavier), no 1º turno. Registra-se a presença do Deputado Antônio Júlio. O Deputado Sebastião Costa retira-se da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no turno único, do Projeto de Lei nº 720/2011 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Antônio Júlio); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 126/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial (relator: Deputado Ulysses Gomes). Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Zé Maia, que conclui pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2 ao Projeto de Lei nº 4/2011, no 1º turno, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Antônio Júlio. O Projeto de Lei nº 535/2011 é convertido em diligência à Secretaria de Estado de Fazenda, atendendo-se a requerimento do relator, Deputado Zé Maia, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 625/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Antônio Júlio (2) em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre os valores pagos pelo Estado ao Instituto Mineiro de Desenvolvimento - IMDC - e à Macropan Consultoria, no período de 2003 a 2010, de forma discriminada, por data de desembolso, unidade orçamentária, programa, elemento e item de despesa e de despesa real, bem como sobre a origem dos recursos - se foram próprios do Tesouro Estadual ou se são oriundos de repasse da União -; Antônio Júlio e Sávio Souza Cruz em que solicitam seja encaminhado ao Instituto de Terras de Minas Gerais - Iter-MG - pedido de informações sobre os contratos firmados com o Instituto Mineiro de Desenvolvimento - IMDC - com as cooperativas e com as empresas e profissionais de agrimensura, com os respectivos processos licitatórios e eventuais termos aditivos; sobre o fato de os atuais Prefeito e Vice-Prefeito de Rio Pardo de Minas serem cooperados de alguma cooperativa que mantenha contrato com o Iter-MG; sobre o fato de algum servidor ou ex-servidor do Iter-MG ser cooperado de alguma cooperativa que tenha contrato com esse Instituto; sobre a relação de servidores desse Instituto cedidos a outros órgãos no período de outubro de 2010 até a presente data; sobre as razões do fechamento das representações do Iter-MG nos Municípios de João Pinheiro e Governador Valadares; sobre cópia da manifestação da Advocacia-Geral do Estado contrária aos arrendamentos com cooperativas e as ações praticadas pela Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária em razão dessa manifestação; e sobre o fato de algum servidor ou associado do IMDC atuar no setor jurídico do Iter-MG e sobre o porquê dessa atuação; André Quintão em que solicita seja realizada reunião conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Participação Popular para debater o projeto de lei que dispõe sobre a Lei das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012; e Zé Maia em que solicita seja realizada reunião para debater a dívida do Estado com a União, em especial a operação de refinanciamento autorizada pela Lei Federal nº 9.496, de 11/9/97, seus termos e seus impactos para o Estado. A seguir o Presidente comunica que, a partir da próxima quarta-feira, dia 25/5/2011, as reuniões ordinárias serão realizadas às 14 horas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2011.

Zé Maia, Presidente - Doutor Viana - Gustavo Perrella - João Vítor Xavier.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/5/2011

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Almir Paraca, Sebastião Costa e Paulo Lamac, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Liza Prado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente faz a leitura da decisão da Presidência, publicada no "Diário do Legislativo" de 5/5/2011, e acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 773/2011 no 1º turno (Deputado Sebastião Costa). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 639, 640 e 690/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Almir Paraca, Célio Moreira e Sávio Souza Cruz em que solicitam seja realizado debate público em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Minas e Energia para debater os termos do Plano Nacional de Mineração, do qual originará o novo Código de Mineração do País; Paulo Guedes, emendado pela Deputada Liza Prado, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, no Município de Manga, para debater e buscar soluções para o problema da falta de regulamentação para o transporte de balsas que operam nesse Município fazendo a travessia do Rio São Francisco; Paulo Lamac (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Coimbra para debater a municipalização de trecho de dois quilômetros da Rodovia MGC-356; e em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Minas e Energia para debater as medidas adotadas pela Cemig para desalojar cerca de 1.200 famílias da Vila Santa Rita de Cássia e da Vila Fazendinha, no Aglomerado Santa



Lúcia; Liza Prado (6) em que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para fiscalizar as construções irregulares feitas às margens da Rodovia MG-30, próximo ao Km 8; sejam encaminhadas ao Ministério Público Estadual e ao Ministério Público Federal as notas taquigráficas da 8ª Reunião Extraordinária desta Comissão, realizada no dia 12/5/2011; seja realizada reunião de audiência pública para debater os aspectos legais, sociológicos e ambientais da criação de falsos condomínios no Município de Lagoa Santa; seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Participação Popular, no Município de Contagem, para debater o impasse na execução de obra da Associação Cultural Discípulo Amado aprovada no Orçamento Participativo 2009; seja realizada reunião de audiência pública para debater a situação do saneamento básico no Bairro Quintas da Serra, situado no Município de Caeté; e seja realizada reunião de audiência pública para debater a instalação de uma usina química da Vale Fertilizantes no Município de Patrocínio, que está acarretando a desapropriação de 4.700ha para fins de utilidade pública; Pompílio Canavez (7) em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Urbano - Sedru - pedido de providências solicitando a elaboração de diagnóstico sobre as potencialidades de integração regional econômica advindas da implantação da hidrovía do Lago de Furnas, bem como requer seja incluída no próximo PPAG ação específica para fomento à implantação da referida hidrovía na área de resultados de desenvolvimento regional; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Turismo - Setur - pedido de providências para a elaboração de estudos sobre a oferta de novos produtos turísticos derivados da implantação da hidrovía do Lago de Furnas, trecho Alfenas-Formiga, tendo em vista o enfoque do turismo regionalizado; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag - e à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas - Setop - pedido de providências para inclusão da hidrovía do Lago de Furnas na carteira de projetos prioritários do Plano Estadual de Logística de Transporte - Pelt -; seja encaminhado à Seplag pedido de providências para a elaboração de estudos prévios com vistas à inclusão de dotações orçamentárias para a implantação da hidrovía do Lago de Furnas, trecho Alfenas-Formiga; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - Sede - pedido de providências para a elaboração de diagnóstico sobre potencialidades de integração de modais de transporte na região da hidrovía do Lago de Furnas e sua capacidade de integração com as cadeias produtivas regionais; seja encaminhado à Eletrobrás-Furnas pedido de providências para a modernização da frota de balsas da referida companhia que atendem, atualmente, no Lago de Furnas; e seja encaminhado à Secretaria de Estado da Educação - SEE - pedido de providências para a elaboração de estudos prévios para a implantação de projeto de educação ambiental baseado em uma embarcação itinerante, para o trecho Alfenas-Formiga da hidrovía do Lago de Furnas a ser implantada. O Presidente deixa de receber requerimento do Deputado Fred Costa, por não tratar de matéria de competência desta Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2011.

Almir Paraca, Presidente - Sebastião Costa - João Leite - Pompílio Canavez.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/5/2011

Às 16h7min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Elismar Prado e Rômulo Veneroso, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Luzia Ferreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 642/2011. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 516 e 521/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. São recebidos pela Presidência os requerimentos dos Deputados: Paulo Lamac em que solicita seja realizada reunião de audiência pública com a finalidade de discutir a importância da valorização da cultura junina no Estado; Elismar Prado em que solicita seja realizado o debate público "Música nas escolas", com o objetivo de discutir a obrigatoriedade do ensino de música na educação básica, conforme dispõe a Lei nº 11.769, de 18/8/2008; e Carlin Moura em que solicita seja realizada visita ao ensaio da Orquestra Sinfônica da Fundação Clóvis Salgado com o objetivo de conhecer o trabalho que vem sendo desenvolvido pela referida orquestra. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Carlin Moura em que solicita seja realizada visita ao casarão colonial do século XIX, localizado dentro do Parque Municipal Gentil Diniz, no Município de Contagem, com o objetivo de conhecer a obra de revitalização. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2011.

Elismar Prado, Presidente - Luzia Ferreira - Tenente Lúcio - Carlos Mosconi.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/5/2011

Às 9h40min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Sebastião Costa, Bruno Siqueira, André Quintão, Cássio Soares e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente



acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.667, 1.671, 1.676, 1.677 e 1.692/2011 (Deputado André Quintão); 1.665, 1.666 e 1.678/2011 (Deputado Bruno Siqueira); 1.669, 1.673, 1.674, 1.679, 1.681, 1.682 e 1.684/2011 (Deputado Cássio Soares); 1.683, 1.689, 1.693 e 1.694/2011 (Deputado Delvito Alves); 1.675, 1.687, 1.690 e 1.691/2011 (Deputado Luiz Henrique); 1.668, 1.670, 1.685 e 1.686/2011 (Deputada Rosângela Reis); e Projeto de Resolução nº 1.633/2011 (Deputado Sebastião Costa). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Retira-se da reunião o Deputado Cássio Soares. O Projeto de Lei Complementar nº 6/2011 é convertido em diligência à Secretaria de Desenvolvimento Regional e Política Urbana; o Projeto de Lei nº 67/2011, à Secretaria de Saúde - SES -; o Projeto de Lei nº 258/2011, à SES e à Secretaria de Desenvolvimento Social (relator: Deputado Sebastião Costa); o Projeto de Lei nº 60/2011, à SES (relatora: Deputada Rosângela Reis) e o Projeto de Lei nº 171/2011, à Secretaria de Fazenda (relator: Deputado André Quintão). O Presidente informa que continua em discussão o parecer em que o relator, Deputado Bruno Siqueira, conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 832/2011. É aprovado requerimento da Deputada Rosângela Reis solicitando o adiamento da discussão. Anunciada a discussão do parecer em que o relator, Deputado Sebastião Costa, conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 5.092/2010 na forma do Substitutivo nº 1, o Deputado André Quintão formula questão de ordem sobre o entendimento do art. 173, § 5º, c/c o art. 102, III, “e”, do Regimento Interno, alegando que o projeto deveria ser desmembrado pela Comissão, uma vez que versa sobre mais de uma matéria. O Presidente se compromete a responder a questão de ordem oportunamente. A seguir, é aprovado requerimento do Deputado André Quintão solicitando o adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 5.092/2010. São retirados da pauta, atendendo-se a requerimentos dos parlamentares mencionados entre parênteses, os Projetos de Lei nºs 72/2011 (Deputada Rosângela Reis), 796/2011 (Deputado André Quintão) e 1.136/2011 (Deputado Bruno Siqueira). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 255/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa); 936/2011 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Delvito Alves) e 1.220/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado André Quintão). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2011.

Sebastião Costa, Presidente - Bruno Siqueira - Rosângela Reis - André Quintão - Delvito Alves - Cássio Soares - Luiz Henrique.

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/5/2011

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Doutor Wilson Batista, André Quintão (substituindo o Deputado Elismar Prado, por indicação da Liderança do Bloco Minas sem Censura) e Luiz Henrique (substituindo a Deputada Ana Maria Resende, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Doutor Wilson Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado André Quintão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. Registra-se a presença dos Deputados Sargento Rodrigues e Cássio Soares (substituindo o Deputado Marques Abreu, por indicação da Liderança do BTR). A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Kátia Ferraz Ferreira (4), Presidente do Centro de Vida Independente de Belo Horizonte: em que sugere seja alterada, no art. 102 do Regimento Interno da Assembleia, a palavra “integração” pela palavra “inclusão”, tanto no inciso XIX, alínea “e”, quanto no inciso XX, alínea “b”, uma vez que as terminologias pertencem a contextos históricos distintos, e faz-se necessário seu uso adequado; em que informa que o Processo nº 002407752676-2, da 5ª Fazenda Municipal, que trata da acessibilidade nos postos de saúde de Belo Horizonte, está há 5 anos parado sem que as devidas providências tenham sido tomadas para atender de forma adequada às pessoas com deficiência, conforme estabelecem as normas de acessibilidade da ABNT; em que encaminha cópia da Resolução nº 435, de 12/8/2010, e apresenta denúncia do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência e da Coordenadoria de Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, em que comunicam que o Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais e o Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte não cumprirão a referida resolução; e em que sugere seja realizada reunião especial em comemoração ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência; e ofício do Sr. Geraldo Henrique Alves, Presidente da Associação de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, de Juiz de Fora, em que encaminha denúncia feita pelo jornal “Tribuna de Minas”, desse Município, que declara que a unidade da Universo de Juiz de Fora foi proibida pela Justiça de continuar cobrando valor diferenciado de alunos com deficiência, e solicita, ainda, o encaminhamento à essa Universidade de moção de repúdio desta Casa à ação relatada. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou a relatora citada a seguir: Projeto de Lei nº 996/2011, no 1º turno (Deputada Ana Maria Resende). Registra-se a presença do Deputado Sebastião Costa (substituindo a Deputada Ana Maria Resende, por indicação da Liderança do BTR). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Célio Moreira, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater as políticas públicas estaduais voltadas para as pessoas com deficiência intelectual, em especial os autistas, principalmente nas áreas da saúde e educação; Marques Abreu, em que solicita seja realizada reunião conjunta desta Comissão e da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, para debater, em audiência pública, as políticas públicas de esporte do Estado voltadas para as pessoas com deficiência; André Quintão, em que solicita seja encaminhado pedido de providências à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, para que sejam observados os critérios de acessibilidade na escolha dos locais de realização de seus eventos, particularmente as conferências estaduais; Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater o Projeto de Resolução nº 513/2011, em tramitação nesta Casa, e a situação de militares que



tiveram o pedido de auxílio-invalidez indeferidos pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado; André Quintão, Doutor Wilson Batista e Sargento Rodrigues, em que solicitam seja encaminhada moção de repúdio à Universo de Juiz de Fora, pela cobrança de valores complementares na mensalidade dos alunos com deficiência, conforme correspondência lida nesta reunião; Sargento Rodrigues, em que solicita sejam ouvidos nesta reunião o Sr. Rodrigo Célio de Castro, Secretário Executivo do Conped; e as Sras. Ana Lúcia de Oliveira, Coordenadora da Coordenadoria Especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência - Caade -; Kátia Ferraz Ferreira, Presidente do Centro de Vida Independente de Belo Horizonte; e Terezinha de Oliveira da Rocha, representante do Movimento da Pessoa com Deficiência de Belo Horizonte. Logo após, o Presidente passa-lhes a palavra, para que façam suas exposições. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2011.

Doutor Wilson Batista, Presidente - Sargento Rodrigues - Marques Abreu.

ATA DA 2ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/5/2011

Às 8h30min, comparece na Sala das Comissões o Deputado André Quintão, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a monitorar e avaliar o Plano Estadual de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes e discutir as estratégias necessárias para sua consolidação. O Presidente convida as Sras. Gláucia Brandão, Subsecretária de Estado de Direitos Humanos da Sedese; Andrea Mismotto Carelli, Promotora de Justiça e Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e da Juventude de Minas Gerais; Eliane Quaresma, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - Cedca; Maria Alice da Silva, Secretária Executiva da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais; Marlise Matos, Professora do Departamento de Ciências Políticas da UFMG; e os Srs. Wander Borges, Secretário de Estado de Desenvolvimento Social; Antônio Sérvulo dos Santos, Desembargador e Coordenador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; e Moisés Barbosa Ferreira Costa, Ponto Focal Juvenil de Minas Gerais, para tomarem assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência interrompe a reunião às 13 horas e retoma os trabalhos às 14h15min. São convidados a tomar assento à mesa as Sras. Andrea Mismotto Carelli; Maria Alice da Silva; Andréia Barreto, Secretária da Diretoria Executiva do Cedca; e o Sr. Moisés Barbosa Ferreira Costa. Segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2011.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura - Duarte Bechir.

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/5/2011

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara (substituindo o Deputado Paulo Lamac, por indicação da Liderança do Bloco Minas sem Censura) e o Deputado Durval Ângelo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a concessão de pensão aos filhos das pessoas atingidas pela hanseníase no Estado. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Luiza da Silva, Líder Comunitária em Betim, e Ivone de Oliveira Rocha, Líder Comunitária em Ubá, e os Srs. Cordovil Neves de Souza, Vereador da Câmara Municipal de Betim; Nilmário Miranda, Presidente da Fundação Perseu Abramo; Artur Custódio Moreira de Souza, Coordenador Nacional do Movimento pela Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase - Morhan -, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência tece as considerações iniciais e, logo após, concede a palavra à Deputada Maria Tereza Lara, coautora do requerimento que deu origem ao debate, para suas manifestações. Em seguida, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Registra-se a presença do Deputado Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o Deputado Delvito Alves, por indicação da Liderança do BTR). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado Durval Ângelo (5) em que solicitam seja formulado abaixo-assinado por esta Comissão em apoio à campanha pela concessão de pensão aos filhos de pessoas atingidas pela hanseníase, para coleta da assinatura de todos os Deputados desta Casa e envio à Presidência da República e à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; sejam encaminhados à Presidente da República e à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República as notas taquigráficas desta reunião e pedido de providências para que se agilize o processo de indenização aos filhos de pessoas atingidas pela hanseníase, com o pagamento de pensão e com o reconhecimento público, pelo Estado, das injustiças sofridas e das violações dos direitos humanos ocorridas; seja formulada manifestação de aplauso ao Morhan pelo trabalho realizado por essa entidade no Estado e em todo o País; sejam encaminhados aos 53 Deputados Federais e aos 3 Senadores mineiros as notas taquigráficas desta reunião e pedido de providências para que apoiem, juntamente com os Deputados Estaduais, o movimento pela indenização dos filhos de pessoas atingidas pela hanseníase - considerando-se, entre outras violações aos direitos humanos, a separação de várias famílias durante os tratamentos realizados nas colônias -, realizem pronunciamentos públicos e manifestações de apoio à referida indenização e acionem



os órgãos federais de defesa dos direitos humanos visando o apoio desses órgãos ao pagamento das indenizações; seja solicitado ao Presidente desta Casa, na condição de Presidente do Conselho da Ordem do Mérito Legislativo do Estado, a admissão de Alcindo Amado Henriques nessa Ordem, no grau "Mérito Especial"; Durval Ângelo e Sargento Rodrigues (3) em que solicitam seja encaminhado ao Coronel da Polícia Militar, Jader Mendes Lourenço, pedido de informações sobre a relação de famílias habitando moradias funcionais, nos termos do Decreto nº 44.280, de 2006, tendo em vista o risco de despejo dessas famílias e a necessidade desta Comissão de obter maiores esclarecimentos, visando à defesa do direito à moradia; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão pedido de providências para que sejam prorrogados os prazos de Permissão Temporária de Uso e Moradia Funcional a que se refere o Decreto nº 44.280, de 2006, até que seja formulada uma solução definitiva de moradia para as famílias permissionárias, tendo em vista os problemas sociais decorrentes de um eventual despejo; seja realizada visita desta Comissão ao Secretário de Estado de Defesa Social para discutir a situação dos usuários de moradia funcional em vias de despejo, no âmbito do programa Lares Geraes - Segurança Pública, situado no Condomínio Residencial das Américas, no Bairro Betânia, de forma a obter-se uma solução definitiva para a questão; Durval Ângelo (5) em que solicita seja encaminhado ao Promotor de Justiça Rodrigo Filgueira, Coordenador do CAO-DH do Ministério Público de Minas Gerais, as notas taquigráficas da 24ª Reunião Extraordinária desta Comissão; seja realizada reunião de audiência pública para receber denúncia de violação de direitos humanos ocorrida no Departamento Estadual de Trânsito - Detran-MG, bem como para ouvir servidores desse órgão; sejam encaminhadas ao Deputado Federal Odair Cunha as notas taquigráficas da 24ª Reunião Extraordinária desta Comissão e pedido de providências para que organize uma frente parlamentar em defesa da Imbel, composta por Deputados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, locais onde a empresa desenvolve suas atividades e para que agende reunião com o Tribunal de Contas da União para tratar da revisão das demissões e da reintegração dos empregados não concursados, demitidos da Imbel; seja realizada visita conjunta desta Comissão e da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo às dependências da Imbel, em Itajubá, com a participação de representantes da bancada mineira no Senado e na Câmara dos Deputados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/5/2011

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Almir Paraca, Pompílio Canavez, João Leite e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Pompílio Canavez, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a expor e debater o projeto "Inquisição em Minas Gerais no Século XVIII: do Banco de Dados à Arqueologia", do Laboratório de Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG e do Instituto Histórico Israelita Mineiro, e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Marília Aparecida Campos, Prefeita Municipal de Contagem, prestando informações relativas ao Requerimento nº 448/2011, da Comissão de Assuntos Municipais. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Jacques Ernest Levy, Presidente do Instituto Histórico Israelita Mineiro; Carlos Magno Guimarães, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia; Naftale Katz, pesquisador titular da Fiocruz; Leon Menache, Diretor do Instituto Histórico Israelita Mineiro; e Marcos Brafman, Presidente da Federação Israelita do Estado de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, faz suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Pompílio Canavez, Almir Paraca e da Deputada Liza Prado em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública conjunta com as Comissões de Saúde e Segurança Pública, para debaterem a propagação e os problemas causados pelos entorpecentes "crack" e "oxi" nos Municípios de Minas Gerais; da Deputada Liza Prado (2) em que solicita seja encaminhado pedido ao Instituto Histórico Israelita Mineiro para que as informações históricas e arqueológicas apuradas no projeto de pesquisa "Inquisição em Minas Gerais no Século XVIII" sejam divulgadas e disponibilizadas nos arquivos públicos mineiros para fins de ensino, pesquisa e divulgação; e em que solicita sejam encaminhadas aos membros da Comissão as notas taquigráficas de todas as reuniões realizadas na Casa, em 2010 e na atual legislatura, sobre a questão das drogas nos cenários estadual e federal. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2011.

Almir Paraca, Presidente - Liza Prado - Celinho do Sinttrocel.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 30/5/2011, destinada à comemoração do Dia da Independência do Estado de Israel.

Palácio da Inconfidência, 27 de maio de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Especial da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização**

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Liza Prado e os Deputados Pompílio Canavez, João Leite e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para o debate público, com convidados, a ser realizado em 30/5/2011, às 14 horas, no Plenário, com a finalidade de debater a transferência de recursos federais para os Municípios pela Caixa Econômica Federal.

Sala das Comissões, 27 de maio de 2011.

Almir Paraca, Presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 922/2011****Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia****Relatório**

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar denominação a escola estadual de ensino fundamental e médio localizada no Município de Juiz de Fora.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, “b”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 922/2011 tem como finalidade dar a denominação de Escola Estadual Nyrce Villa Verde Coelho de Magalhães à escola estadual de ensino fundamental e médio situada na Rua Sady Boechat, nº 175, Bairro São Pedro, no Município de Juiz de Fora.

De acordo com o autor da matéria, a apresentação do projeto resulta de pedido formulado pelo colegiado escolar da referida unidade de ensino.

A homenageada formou-se como professora primária, tendo estado sempre entre as primeiras alunas da turma. Lecionou por um ano no Colégio Stella Matutina e, logo depois, ingressou no magistério público estadual, passando a dar aulas na Escola Estadual Maria Illydia Rezende de Andrade. Nyrce Villa Verde atuou também como professora de 5ª a 8ª séries na Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC –, programa federal de Educação existente à época.

Em 1968, ingressou no curso de Administração Escolar do Instituto de Educação de Juiz de Fora, habilitando-se como Orientadora de Ensino e Diretora de Grupo Escolar. Em 1972, foi convocada a prestar serviços na Delegacia Regional de Ensino de Juiz de Fora, onde permaneceu até 2000, quando foi convidada a exercer o cargo de Gerente Administrativo no Hemocentro Regional de Juiz de Fora.

Nyrce Villa Verde concluiu o curso de Pedagogia com habilitações em Administração e Inspeção, no Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora; e em Supervisão, na Universidade Federal de Juiz de Fora. Além da graduação em Administração de Empresas na Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Machado Sobrinho, concluiu a pós-graduação em Metodologia do Ensino Superior pelas Faculdades Estácio de Sá e estudou nas conceituadas Culturas Francesa e Inglesa.

Em 2005, por convocação do Gabinete do Secretário de Estado de Educação de Minas Gerais, retornou à Delegacia Regional de Ensino, agora denominada Superintendência Regional de Ensino, onde exerceu o cargo de Superintendente até outubro de 2010.

Considerando o trabalho desenvolvido pela homenageada no Município de Juiz de Fora, é meritório dar seu nome ao educandário situado no Bairro São Pedro, nesse Município, para perpetuar seu exemplo perante a juventude da cidade.

Embora não haja óbice à tramitação do projeto de lei em análise, apresentamos, ao final deste parecer, a Emenda nº 1, com a finalidade de identificar corretamente a rua em que se encontra a escola a ser denominada.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 922/2011, em turno único, com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

**EMENDA Nº 1**

Substitua-se, no art. 1º, o nome “Sady Boechat” pelo nome “Sady Monteiro Boechat”.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2011.

Carlin Moura, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 923/2011**Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia****Relatório**

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar denominação a escola estadual localizada no Município de Maripá de Minas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, “b”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 923/2011 tem como finalidade dar a denominação de Escola Estadual Prefeito Walter Trezza à escola estadual de ensino médio situada na Rua Domingos Antônio de Oliveira, nº 43, Bairro Centro, no Município de Maripá de Minas.

Em sua justificação, o autor da proposição informou que a apresentação do projeto resulta de pedido formulado pelo colegiado escolar da referida unidade de ensino.

O Prefeito Municipal Walter Trezza teve sua vida pública marcada por grandes trabalhos na área da educação. Foi um notável administrador, sinônimo de trabalho e de amor ao povo maripaense.

Iniciou seus estudos na Primeira Escola Mista Distrital de Maripá de Minas e prosseguiu no Colégio Interno de Leopoldina, onde cursou Contabilidade. Foi convocado para combater na Segunda Guerra Mundial.

Em 1963, foi nomeado Intendente do recém-criado Município de Maripá de Minas pelo então Governador de Minas, Magalhães Pinto. Em 1970, foi eleito Vereador e, em 1996, Prefeito Municipal de Maripá de Minas, tendo sido reeleito em 2000.

Em sua atuação na vida pública, destaca-se, na década de 70, a ampliação física da Escola Estadual Antônio Ferreira Martins; nos anos 1980, a implantação do então denominado 2º grau, em caráter experimental, no Município; na década de 90, a implantação da primeira unidade do programa de alfabetização digital da região, bem como a construção do prédio da Escola Municipal Hilda Lobão Resende. Walter Trezza construiu ainda novas salas de aula e o anexo para a educação infantil na Escola Municipal Antônio Ferreira Martins.

Informatizou a biblioteca da referida escola, bem como instalou, no Município, um polo dos Parâmetros Curriculares Nacionais e, no ano de 2002, o Programa Professor Alfabetizador. Concretizou a instalação, em Maripá de Minas, do curso superior de Licenciatura em Educação Básica, por meio de convênio com a Universidade Federal de Ouro Preto, e providenciou transporte escolar para que os jovens complementassem seus estudos nas cidades vizinhas.

Em 2004, conseguiu que fosse criada no Município uma escola estadual de ensino médio. Acabou agraciado pelo Ministério da Educação com menção honrosa, devido ao fato de o Município ter 100% das crianças em idade escolar frequentando a escola.

Por seu constante e profícuo trabalho pela educação dos maripaenses, é meritória a iniciativa de dar o nome do Prefeito Walter Trezza à escola estadual situada no Município de Maripá de Minas.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 923/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2011.

Carlin Moura, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.133/2011**Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do Deputado Leonardo Moreira, o projeto de lei em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.848/2008, institui a Política de Saúde Mental para os Agentes de Segurança Penitenciária e dá outras providências.

Publicada no “Diário do Legislativo” de 15/4/2011, a proposição foi encaminhada às Comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno, emitir parecer sobre a juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria.

Fundamentação

O projeto em tela institui a Política de Saúde Mental para os Agentes de Segurança Penitenciária, a qual inclui o planejamento, a execução, o controle, a fiscalização e a avaliação das atividades relacionadas à saúde mental desse profissional, de modo a possibilitar a plena realização de seu potencial físico e mental.

Esclarecemos que, na legislatura passada, ao analisar o Projeto de Lei nº 2.848/2008, que deu origem ao projeto em exame, esta Comissão apresentou substitutivo. Como não ocorreram mudanças constitucionais que propiciassem uma nova interpretação da matéria, ratificamos o entendimento adotado anteriormente e reproduzimos a argumentação jurídica apresentada na ocasião:



“Primeiramente, ressaltamos a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre proteção e defesa da saúde, conforme estabelece o inciso XII, ‘in fine’, do art. 24 da Constituição da República.

Por sua vez, os arts. 196 e 186 das Constituições Federal e Estadual, respectivamente, dispõem que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos.

No âmbito infraconstitucional, a Lei nº 13.317, de 24 de setembro de 1999, que contém o Código de Saúde do Estado, enfatiza as normas constantes das Constituições Federal e Estadual, estabelecendo, em seu art. 3º, que a ‘saúde é um direito fundamental do ser humano, cabendo ao Estado promover as condições indispensáveis a seu pleno exercício’.

Vê-se, dessa forma, que o objetivo do projeto em estudo, que é resguardar a saúde mental dos Agentes de Segurança Penitenciária, está em consonância com ditames constitucionais e legais que militam em benefício da proteção e da defesa da saúde humana.

Quanto à implementação de políticas por meio de lei, esclarecemos que esta Comissão entende que projeto de lei, ainda que de iniciativa de parlamentar, pode fixar diretrizes de políticas públicas estaduais, não admitindo-se, todavia, que a proposição entre em detalhes ou disponha sobre programas. Este entendimento foi adotado, por exemplo, na apreciação do Projeto de Lei nº 56/2007, que se converteu na Lei nº 17.438, de 2008, a qual institui política estadual de incentivo à utilização de sementes selecionadas nas propriedades que se dedicam à agricultura familiar.

Por fim, devemos considerar as dificuldades enfrentadas pelos agentes para manter a segurança das prisões, em virtude dos conflitos, da precariedade das instalações, da desproporção numérica entre agentes e detentos, do risco de agressão, da falta de preparo na formação dos agentes, da desvalorização profissional e, principalmente, do caráter violento da atividade executada, que repercute na vida fora do trabalho.

Dessa forma, entendemos que a proposição sob comento deve prosperar nesta Casa Legislativa. No entanto, com o fito de adequar o projeto à técnica legislativa, apresentamos no final deste parecer o Substitutivo nº 1, o qual poderá vir a ser aperfeiçoado pela comissão de mérito”.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.133/2011 na forma do Substitutivo nº 1, a seguir redigido.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Institui a Política Estadual de Saúde Mental dos Agentes de Segurança Penitenciária.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituída a Política Estadual de Saúde Mental dos Agentes de Segurança Penitenciária, com a finalidade de resguardar a sua saúde mental e ainda:

- I - promover o bem-estar psicossocial dos Agentes de Segurança Penitenciária;
- II - executar ações preventivas no combate ao surgimento de transtornos mentais;
- III - promover assistência integral aos acometidos de transtorno mental, visando à recuperação de sua saúde.

Art. 2º - São diretrizes da política instituída por esta lei:

- I - a garantia de acesso às medidas de prevenção e assistência à saúde mental;
- II - a participação de prefeituras municipais, sindicatos, organizações não governamentais e outras entidades representativas dos Agentes de Segurança Penitenciária no planejamento e na execução das ações;
- III - a integração entre entidades e órgãos públicos que atuam na área de saúde mental;
- IV - o desenvolvimento de ações extra-hospitalares destinadas à recuperação de pacientes acometidos de transtornos mentais.

Art. 3º - Para a consecução dos objetivos previstos nesta lei, incumbe ao Estado:

- I - implantar programas e projetos voltados para a saúde mental dos Agentes de Segurança Penitenciária;
- II - prestar assistência aos Agentes de Segurança Penitenciária;
- III - criar um sistema de informações de base epidemiológica;
- IV - promover o desenvolvimento da pesquisa e a adoção de medidas relacionadas à saúde mental dos Agentes de Segurança Penitenciária;

V - promover ações de qualificação profissional dos Agentes de Segurança Penitenciária;

VI - avaliar as condições de trabalho e as atividades executadas pelos Agentes de Segurança Penitenciária;

VII - divulgar as ações desenvolvidas;

VIII - identificar as fontes de financiamento para a implementação da política de que trata esta lei.

Parágrafo único - O Estado assegurará, no planejamento e na execução da política definida nesta lei, a participação de sindicatos, organizações não governamentais e outras entidades representativas dos Agentes de Segurança Penitenciária.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2011.

Sebastião Costa, Presidente - Luiz Henrique, relator - Cássio Soares - Bruno Siqueira - Rosângela Reis - Delvito Alves - André Quintão.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 26/5/2011, a seguinte comunicação:
Do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, notificando o falecimento do Sr. Paulo Klinger Costa, Prefeito de Espírito Santo do Pinhal (SP), ocorrido em 23/5/2011, em Campinas. (- Ciente. Oficie-se.)



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

- de aplauso à Associação de Cegos Louis Braille pelos 78 anos de sua fundação (Requerimento nº 237/2011, do Deputado Doutor Viana);
- de congratulações com o Sr. Walter Roosevelt Coutinho, Presidente do Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, pelo transcurso do Dia do Contabilista (Requerimento nº 498/2011, do Deputado Duarte Bechir);
- de congratulações com a comunidade de Divinópolis pelos 99 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 544/2011, do Deputado Fabiano Tolentino);
- de congratulações com o Sr. Wilson Caixeta Castro, Governador do Distrito 4760 do Rotary Internacional, pela realização da XXV Conferência Distrital (Conferência da Esperança), em Patos de Minas (Requerimento nº 545/2011, do Deputado Hely Tarquínio);
- de congratulações com o Senador Aécio Neves pela iniciativa da alteração da Medida Provisória nº 512 para estender aos Municípios da Área Mineira da Sudene os benefícios fiscais federais a empresas automotoras que venham a se instalar na região (Requerimento nº 564/2011, da Deputada Ana Maria Resende);
- de congratulações com o Sr. Francisco Sérgio de Assis, Presidente da Federação dos Cafeicultores do Cerrado, pela campanha Café de Atitude, que visa agregar credibilidade, gerar desenvolvimento e valor e difundir o café do cerrado (Requerimento nº 565/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes);
- de congratulações com o Sr. Luiz Carlos Maciel, Prefeito Municipal de Ouro Fino, e com o Sr. Antônio Carlos Franceli, Secretário Municipal de Ação Social, pelo Prêmio Mineiro de Boas Práticas na Gestão Municipal na categoria Gestão do Desenvolvimento Social (Requerimento nº 568/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de congratulações com o Cel. PM Robson Alves Campos Ferreira, Comandante da 17ª Região da PMMG, e com o Ten-Ce.1 PM Sérgio Henrique Soares Fernandes, Comandante do 20º Batalhão da PMMG, pela formatura de mais uma turma no Curso Técnico em Segurança Pública-CTPS-2010 (Requerimento nº 569/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de congratulações com a comunidade de Pedralva pelos 124 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 570/2011, do Deputado Duarte Bechir);
- de regozijo à Nunciatura Apostólica e à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pela beatificação do Papa João Paulo II (Requerimento nº 572/2011, do Deputado Fred Costa);
- de congratulações com o Presidente da Câmara dos Deputados pela retomada da tramitação da Proposta de Emenda Constituição nº 438/2001 e pedido de providências para agilizar a sua aprovação (Requerimento nº 623/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel);
- de congratulações com o 1º-Ten. BM Richelmy Murta Pinto, Comandante do 3º Pelotão de Bombeiros Militar, de São Lourenço, pelos 7 anos de inauguração desse Pelotão (Requerimento nº 624/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de congratulações com o Sr. Cláudio Costa, Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, pelos 10 anos do Programa Novos Rumos (Requerimento nº 626/2011, do Deputado Duarte Bechir);
- de congratulações com a comunidade de Cristina pelo 237º aniversário desse Município (Requerimento nº 639/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de congratulações com a comunidade de Santa Rita do Sapucaí pelo 119º aniversário desse Município (Requerimento nº 640/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de congratulações com o Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais pela Semana do Contabilista, comemorada de 10 a 13/5/2011 (Requerimento nº 641/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de congratulações com o Sr. Bruno Selmi Dei Falci por sua posse como Presidente da CDL-BH (Requerimento nº 643/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de congratulações com a Sra. Maria Rosângela Pinheiro Dâmaso, Presidente do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, pelo Dia do Assistente Social (Requerimento nº 644/2011, do Deputado Duarte Bechir);
- de congratulações com a comunidade de Cambuí pelos 119 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 690/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);
- de congratulações com o 1º-Sgt. PM Fortunato Tobias, o Cb. PM Márcio Geraldo Augusto, o Sd. PM Wesley Flamarion e o Sd. PM Cleberon Luis de Farias, policiais militares da Rotam, pelo eficiente trabalho desempenhado na apreensão dos assaltantes que praticaram a chamada saidinha de banco em 6/4/2011, nesta Capital, e na recuperação do dinheiro (Requerimento nº 731/2011, da Comissão de Segurança Pública);



de congratulações com o Comando Regional da Polícia Rodoviária Estadual em Passos pelo excelente trabalho da Companhia na região (Requerimento nº 732/2011, da Comissão de Segurança Pública).



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 24/5/2011

O Deputado Tadeu Martins Leite* - Boa tarde a todos e a todas. Inicialmente cumprimento o Deputado Dinis Pinheiro, nosso Presidente desta Assembleia mineira, os pares presentes, os Deputados, as Deputadas e os telespectadores da TV Assembleia, que é tão bem assistida em toda Minas Gerais, principalmente no nosso Norte de Minas e no Jequitinhonha. Senhoras, senhores e público presente às galerias, o que me traz hoje a esta tribuna é um assunto que, se não fosse trágico, seria cômico para alguns. Estou falando sobre a vinda, ou melhor, a não vinda da montadora BMW para a nossa Minas Gerais e, mais especificamente, de acordo com os últimos acontecimentos, para o nosso Norte de Minas.

Em todo o interior mineiro, há um ditado popular muito forte que diz: “A corda arrebenta sempre do lado mais fraco”. Isso é o que está acontecendo hoje na nossa Minas Gerais, na nossa cidade de Montes Claros e, mais especificamente, no governo de Minas. Todos sabem da provável vinda da BMW para Minas Gerais. Todos nós escutamos falar sobre isso há mais de dois meses. Essa empresa, indústria e montadora seria importantíssima para o nosso Estado e, principalmente, de acordo com os últimos rumores, para o Norte de Minas, Montes Claros e a região do Jequitinhonha. Na verdade, isso desenvolveria toda uma região.

Na última semana, surpreendi-me com uma declaração, que, da minha parte, é infeliz, da Sra. Dorothea Werneck, nossa Secretária de Desenvolvimento Econômico, dizendo que a BMW recuou de Minas Gerais em razão de uma provável divulgação, antes do momento, feita pelo Sr. Luiz Tadeu Leite, Prefeito de Montes Claros. De acordo com a Secretária Dorothea Werneck, “não foi a imprensa que afugentou os investidores, foi quem disse à imprensa”, referindo-se ao próprio Prefeito Luiz Tadeu Leite. Ora, há um fato muito curioso nessa história de que o governo está creditando o recuo da vinda da BMW para Minas Gerais, especificamente para Montes Claros, a uma simples fala do Prefeito Luiz Tadeu Leite, da cidade de Montes Claros, dizendo que teria quebrado uma cláusula de confidencialidade que a empresa teria obrigado ao governo.

Como sou de Montes Claros e do Norte de Minas, fui um dos que ficou mais entusiasmado com essa primeira notícia da ida da BMW para Montes Claros. Fiquei sabendo sobre isso no dia 27 de abril, por meio de jornais e da imprensa mineira. O próprio Governador Anastasia fez questão de divulgar essa notícia, no dia 27 de abril, em primeiríssima mão para um conjunto ou um grupo de jornalistas. Na Cidade Administrativa, realizaram uma reunião do Cepo, que é o centro de jornalistas.

Nessa reunião, o próprio Governador divulgou, para os jornalistas ali presentes, a notícia da provável ida da BMW para Montes Claros. Nesse encontro, estavam jornalistas conhecidos, consagrados em nossa Minas Gerais, como Carlos Lindenberg, João Carlos Amaral, Luiz Carlos Bernardes, o Peninha, Eujácio Antônio e Márcio Doti. Como fiquei sabendo dessa notícia? Como o Prefeito soube da notícia da ida da BMW para Montes Claros? Por meio de um programa da Band, divulgado no mesmo dia dessa reunião do Cepo, à noite, no programa Bastidores, em que o jornalista Luiz Carlos Bernardes fez questão de divulgar, em primeiríssima mão, a notícia de que a BMW iria para Montes Claros. Palavras que ele mesmo escutou do próprio Governador Anastasia, em reunião ocorrida também com o nosso Vice-Governador, Alberto Pinto Coelho, e outros integrantes, jornalistas e Secretários.

Ora, gente, é claro! Qual Prefeito, qual liderança política não ficaria contente, alegre ao saber de uma notícia como essa? E, no mesmo dia, à noite, o Prefeito, por meio do seu “twitter”, fez questão de parabenizar o Governador por essa iniciativa e por estar levando investimentos para o Norte de Minas. Dois dias depois, dia 29, ele publicou na imprensa, agradecendo publicamente ao Governador Anastasia a instalação da BMW em Montes Claros. De lá para cá começaram os burburinhos, as perseguições, se assim posso dizer. E não por parte do Governador Anastasia, que, pelo que conheço, é pessoa séria, moderna e competente; mas talvez por parte de pessoas integrantes do próprio governo, do primeiro escalão, que tenham interesses político-partidários na cidade de Montes Claros, na região do Norte de Minas. E começaram a criar toda essa fantasia, palavra que quero usar hoje, a fantasia de que a BMW recuou de vir para Minas Gerais por uma simples fala do Prefeito de Montes Claros, Tadeu Leite. Gosto das coisas muito claras e verdadeiras, e essa, realmente, provinda do Governo, pegou-me desprevenido.

O Deputado Antônio Júlio (em aparte) - Obrigado, Deputado Tadeu Martins Leite. Seu pronunciamento caracteriza o governo que estamos vivendo, o governo da fantasia. O governo do Estado de Minas Gerais noticiou vários e vários investimentos no Estado e nada aconteceu. Minas Gerais, de acordo com dados estatísticos da Fiemg, Deputado Tadeu Martins Leite, foi o Estado que menos cresceu, que menos recebeu investimentos. Às vezes participamos de debates, eu desafio as pessoas: qual empresa se instalou em Minas Gerais nos últimos anos? Talvez essa BMW tenha sido um sonho de alguém. Até porque o governo baixou a medida provisória, se não me engano 312 ou 512, quando concedeu o benefício de a Fiat ir para Pernambuco, e algumas pessoas, do próprio governo, dizem que essa empresa está indo embora de Minas Gerais. Isso é um desrespeito a essa empresa que trouxe desenvolvimento para Minas Gerais, que colocou Minas Gerais no polo da indústria automobilística. E falam mentiras dizendo que a Fiat está indo embora, só porque ela vai fazer uma planta em Pernambuco, com investimentos de um terço do que vai investir em Minas Gerais.

E quanto à BMW, também foi um sonho. Sonharam que haveria essa possibilidade. E o governo noticia como investimento, que conseguiu tal investimento. E depois, como não era isso, tem de jogar a culpa em cima de alguém. Que não seja em cima do Prefeito! Eu participei dessa história e sabia que o governo estava noticiando esse investimento em Montes Claros muito antes de o Prefeito Tadeu Leite saber. Tive oportunidade de viajar com ele e, na oportunidade, o Prefeito confidenciou-me: “Estou ouvindo falar de tal



acontecimento e eu mesmo não sei de nada”. E agora dizer que a BMW não vai para Montes Claros porque o Prefeito teria dito que ela iria? Isso é conversa para boi dormir.

Essa é a conversa do governo; essa é a conversa da mentira, da fantasia. Eles falam, falam, falam que tal fato vai acontecer, pois muitos dizem que uma mentira falada várias vezes se torna verdade. Mas, como o fato não acontecerá, e eles não querem ser desmentidos, porque isso ocorreu pela incompetência do governo em trazer investimentos para Minas Gerais, querem jogar a culpa política em cima de alguém que não tem nada a ver: o Prefeito. O Prefeito não tem condições de trazer um investimento dessa natureza para Minas Gerais. Na verdade, Deputado Tadeu, o investimento tem de ser analisado. Minas Gerais, tirando a Fiat, na qual o governo teve uma participação acionária por muito tempo - depois ele passou as ações para a própria Fiat -, tem outros problemas como o da Mercedes em Juiz de Fora. O Estado de Minas fez um investimento vultoso, muito grande, e está parado. Até hoje a Mercedes não definiu o que fazer com aquela fábrica que recebeu muito investimento do Estado, muito investimento mesmo. Se formos fazer um levantamento, cairemos de costas.

Então, trazer empresa para cá no sonho, na fantasia, como disse V. Exa., tem de ser muito analisado. E jogar a culpa em cima do Prefeito só prova incompetência do governo. É uma irresponsabilidade daqueles que criaram o fato, que é fantasioso, e depois alguém tem de pagar a conta. Mas não pode ser o Prefeito, porque ele não tem nada a ver, não fez contato com a BMW, tenho a certeza disso. Não sei se essa empresa realmente fez algum contato com o Estado ou se pegaram isso do ar e lançaram como mais um investimento do Estado. Aliás, atualmente todo investimento que há no Estado de Minas Gerais, pode ser seu ou de qualquer outro Deputado - Carlin Moura, Sávio Souza Cruz ou do Mauri Torres -, o governo contabiliza para ele. É investimento do governo. Eu continuo desafiando: qual empresa se instalou em Minas Gerais nos últimos oito anos? Parabéns pelo seu pronunciamento.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte)* - Deputado Tadeuzinho, quero solidarizar-me com suas palavras. Quero mostrar nossa preocupação com essa notícia que, de certa forma, entristece a região. O Norte do Estado nunca foi lembrado pelos governos na hora de atrair investimentos. É uma região que conta com poucas indústrias e cuja base da economia é agropecuária. Sempre sonhamos com essa notícia que foi divulgada nos jornais, na imprensa em geral, como uma conquista do governo do Estado. No momento em que a notícia dá para trás, pois a fonte não é verdadeira, escolhem alguém para botar a culpa.

Acredito que, da forma como a notícia foi conduzida e como foi plantada na imprensa, principalmente na imprensa de Montes Claros e do Norte de Minas, foi um golpe baixo, de baixa categoria de algumas pessoas que, infelizmente, são integrantes do governo. Eles plantaram a notícia na região. E vejo essa ação como uma antecipação do processo eleitoral de 2012 e, mais ainda, que o governo e algumas pessoas do governo não absorveram a derrota em algumas cidades da região do Norte de Minas. E assim, fica o disse me disse. Anuncia-se a notícia boa para depois se desfazer dela e procurar alguém para levar a culpa.

Portanto, estou profundamente triste e envergonhado com essa notícia de querer culpar o Prefeito de Montes Claros pela não ida dessa empresa automobilística para a cidade. Aliás, Deputado Tadeuzinho, as pessoas deveriam esperar um pouco mais. Acabamos de sair de um processo eleitoral. As eleições vão acontecer em outubro de 2012. Todos aqui já foram eleitos, então, está na hora de mostrar serviço, trabalho, fazer com que as coisas aconteçam e cobrar uma sintonia dos governos - federal, estadual e municipais. É disso que precisamos no momento. As pessoas vivem eleição a todo o minuto, não conseguem sair do processo eleitoral, especialmente algumas lideranças de Montes Claros, que torcem declaradamente para “quanto pior, melhor”.

De minha parte, sendo de um partido que provavelmente terá candidato em Montes Claros nas eleições de 2012 e que, portanto, deverá disputar com seu pai, digo com clareza que em momento algum vamos utilizar o instrumento do Parlamento e a força que temos no governo para torcer pelo caos, para torcer contra a cidade e fazer com que as coisas não cheguem a ela. Quem torce pelo caos não gosta da região, não gosta do povo nem da cidade.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* - Agradeço ao Deputado Tadeu Leite, a quem parabenizo pelo pronunciamento, realmente preocupado com o desenvolvimento da região Norte, que sabemos estar penalizada e sacrificada. Também quero render o meu testemunho da sua lisura, competência e honestidade, assim como de seu pai, e da luta de ambos por essa bandeira.

Há pouco, quando me foi dada a palavra pela ordem, tentei falar sobre o requerimento da Comissão de Assuntos Municipais. Como o assunto é muito importante, vou aproveitar a oportunidade para abordá-lo, embora rapidamente. Além do pedido à Cemig de um relatório com informações sobre o dia 27 de fevereiro e a tragédia que ocorreu em Bandeira do Sul, em que infelizmente 15 jovens perderam a vida, e além da audiência pública que realizamos, enviamos uma representação ao Ministério Público solicitando investigações e intervenção. Na última reunião da Aneel, na audiência pública que tratou do reajuste tarifário deste ano - que, pela Cemig ficaria em 13%, mas ficou em 6%, porque brigamos por isso -, aprovamos também um pedido de investigação sobre a falta de qualidade da precaríssima rede que temos em Minas, com linhas elétricas de mais de 30 anos. O próprio Serviço de Atendimento ao Consumidor da Cemig registra 3.500 casos de fios partidos ao mês. Lembrando que os eletricitistas gastam horas para chegar ao local, segundo o Sindieletró os cabos deveriam cair no chão já sem energia, mas não existe um dispositivo de proteção. Ou seja, a rede está desprotegida, com iminente risco para todo o povo de Minas Gerais. Assim, pedimos investigações do Ministério Público e da Aneel, além de denunciarmos as mortes ocorridas devido ao mau funcionamento do sistema, que realmente está precaríssimo - muitos trabalhadores terceirizados da Cemig estão morrendo por falta de condições de trabalho.

Parabenizo V. Exa. dizendo-lhe que somos solidários com sua luta, que também é a de seu pai. Obrigado.

O Deputado Tadeu Martins Leite* - Como já não me resta tempo, vou apenas agradecer a todos, embora ainda quisesse falar mais alguma a respeito desse assunto, do recuo da BMW, que de fato deixou entristecidos não só a mim e ao Prefeito, mas a todo o Norte de Minas e, principalmente, a nossa querida Monte Claros. Tenho provas de que quem divulgou a notícia foi o primeiro governo antes do Prefeito de Montes Claros, uma cidade de 200 mil habitantes, e espero que desta vez a corda não arrebente para o lado mais fraco. Precisamos de uma posição mais verdadeira e séria por parte de alguns integrantes do governo do Estado de Minas Gerais. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Anselmo José Domingos* - Boa tarde, Sr. Presidente, caros Deputados, telespectadores da TV Assembleia, que a cada dia alcança mais pessoas em nosso Estado, venho a esta tribuna para, em primeiro lugar, parabenizar o nosso colega Deputado



Alencar da Silveira. Na última sexta-feira, ele deixou o cargo de Presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais - Unale -, em um evento de que participamos, acontecido em Santa Catarina, depois de realizar, neste último ano, um trabalho que foi muito elogiado, pois foi um Presidente dinâmico, cuja atuação teve reflexos até mesmo nesse evento realizado nessa última semana.

Ao mesmo tempo em que acontecia o Congresso da Unale, ocorriam outros 12 eventos, que contavam com a participação de diversas pessoas interessadas. Estivemos lá e vimos vários eventos acontecendo nas salas, com a participação da população, de legisladores, de profissionais da área parlamentar, da área legislativa e do cerimonial. Portanto, foi um evento bastante enriquecedor.

Na abertura, ouvimos o nosso Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, que tocou no ponto mais importante que hoje está em discussão na nossa Federação: a redistribuição dos recursos e a valorização do legislativo estadual a fim de constituirmos uma frente nacional para mudar a legislação e para que o Legislativo Estadual ganhe mais atribuições e mais autonomia, já que a perdeu desde a promulgação da Constituição Federal.

Um dos momentos mais importantes do evento aconteceu quando o nosso Governador Antonio Anastasia fez uso da palavra. Causando comoção geral, recebeu aplauso de toda a plateia, bem como dos Deputados Estaduais, das assessorias e dos funcionários das Assembleias. Todos aplaudiram de pé o Governador pela explanação do tema "Reforma e Perspectivas". Ele falou sobre questões como a gestão pública, o fortalecimento do federalismo, a redistribuição tributária e, especificamente, sobre cada um dos temas que mais afetam o nosso Estado: saúde, educação, segurança pública, geração de empregos e infraestrutura. O Governador levou para todo o Brasil, através dos seus representantes, os Deputados Estaduais, o trabalho que se faz aqui em Minas Gerais e que deve ser copiado por outros Estados.

Houve também algumas palestras de pessoas reconhecidas nos âmbitos nacional e mundial: Luiz Nassif, jornalista; Henry Grimbeek, que trabalhou o tema da Copa; Deputado Almeida Lima, que tratou da reforma política; e Lars Graef, que falou sobre a Copa e os esportes especializados. Participamos efetivamente das palestras, fizemos intervenções e, em certo momento, discutimos um tema sobre o qual buscava informações: a emancipação dos Municípios. Naquele momento, aderimos à ideia de trabalharmos a emancipação através da emenda constitucional que tramita no Congresso Nacional e que poderá permitir aos Distritos, com algumas condicionantes, se tornarem Municípios. Essa é uma luta encabeçada pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, e, a partir de agora, entendemos a necessidade de travar essa batalha também. De maneira especial, gostaria de agradecer às pessoas que conhecemos e ao povo de Santa Catarina, que nos recebeu muito bem. Em outra oportunidade, esperamos retribuir aos catarinenses essa recepção.

Entre os assuntos principais da nossa fala, desta tribuna, gostaria de registrar que, no dia 4 de junho, receberemos aqui, em Minas Gerais, uma delegação de peregrinos de Santa Catarina, que fará uma parte do trecho da Estrada Real. Eles farão o circuito de Diamantina até Casa Grande, próximo a Entre Rios de Minas. Em aproximadamente 20 dias, eles caminharão à pé de Distrito a Distrito. Para orientá-los nesse caminho, fizemos o roteiro, na tentativa de entender a Estrada Real, de ver o que está sendo feito e o que há de estrutura para os caminhantes.

Tivemos algumas surpresas muito agradáveis. A primeira delas é que se trata de um caminho todo demarcado. Desde Diamantina até onde o encerramos, em Casa Grande, o caminho é todo demarcado com tótems que informam as distâncias e orientam o caminho pelo qual os caminhantes devem seguir. É também um caminho extremamente prazeroso, onde as pessoas veem rios, riachos, cachoeiras e montanhas, especialmente porque 90% ou até um pouco mais das estradas pelas quais trafegamos são de terra, entre trilhas e caminhos.

Acredito que os catarinenses que aqui virão gostarão muito de fazer esse caminho, que possivelmente todos conhecem e que é a fotografia mais característica do nosso Estado.

Então aproveito este momento para dizer que as pessoas e instituições que acreditaram na Estrada Real fizeram muito bem: a Fiemg, que trabalhou e continua trabalhando o tema da Estrada Real; os Municípios, as Prefeituras que continuam acreditando; o governo do Estado, que o tempo todo tem trabalhado esse tema. Esperamos que continuem fazendo isso, porque realmente vale a pena.

Houve um incremento detectável no turismo em todo esse circuito, e isso valorizou o turismo local. Houve muita melhoria e investimento na rede hoteleira e na rede de lazer, até mesmo em Municípios menores, com população menor. Há lugares onde há um hotel ou uma pousada de qualidade muito boa - vimos isso em vários locais. Há também hotéis-fazenda muito preparados para receber não só quem queira caminhar, mas qualquer tipo de turista. Enfim, observamos que a Estrada Real está preparada para receber.

Como sou um caminhante, peregrino, já caminhamos por várias estradas no Brasil e também pelo caminho de Santiago de Compostela; temos o olhar do caminhante, dos detalhes de que ele necessita durante sua jornada. Observamos algumas coisas e estamos preparando um projeto de lei e alguns requerimentos para que essa estrada seja também mais voltada para o caminhante e para o ciclista. Estamos sugerindo e também proporemos, por meio de projeto de lei, que haja uma política para o caminhante no Estado de Minas Gerais. O que seria isso? Seria as estradas asfaltadas ganharem espaço em suas laterais para o caminhante não ter de andar na pista de rolamento. Temos visto que, às vezes, não sobra espaço para o caminhante andar nas estradas atuais, porque ao lado da pista de rolamento já há uma canaleta ou um corte de talude de uma montanha, o que deixa o caminhante em risco em alguns pontos. Esperamos que esses espaços para os caminhantes ao lado das pistas de rolamento das estradas asfaltadas possam existir. Isso também servirá, com certeza, para os caminhantes de pequenas cidades, e não só para os de longa distância, pois observamos que nessas cidades várias pessoas estão usando as rodovias para fazer caminhadas de 5km ou 6km. Assim, acredito que também beneficiaremos a comunidade local nas suas caminhadas.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Deputado Anselmo José Domingos, V. Exa. traz informações fundamentais com conhecimento de causa. A Estrada Real vem consolidar o turismo em Minas. Temos uma riqueza cultural, histórica e religiosa muito forte. A Trilha dos Inconfidentes, da qual minha São João del-Rei faz parte, soma-se nessa apresentação de relevâncias históricas e culturais aos turistas. O pronunciamento de V. Exa. chama atenção para o que está por vir na Copa de 2014, quando o País receber um número expressivo de estrangeiros. Muitos deles já têm a sensibilidade do caminhante, do ciclista, pessoas interessadas em um



turismo diferenciado e ecológico. Que V. Exa. continue na defesa desse segmento, que traz divisas financeiras, gera emprego e melhora a renda da população. Conhecemos o poder artesanal de Minas Gerais, das mãos dos nossos artistas. Fico muito feliz em ver V. Exa., ex-Vereador e agora Deputado muito bem votado na Capital mineira, propondo essa discussão e demonstrando a importância de todos nós, governos estadual e federal, Prefeituras, ONGs e associações verificarmos o andamento do desenvolvimento do Estado, a construção de pousadas e de bons hotéis. Essa nossa riqueza será apresentada de forma mais expressiva daqui a alguns anos. Parabéns, continue assim.

O Deputado Anselmo José Domingos* - Obrigado. Nosso caminho se inicia em Diamantina, o berço da cultura mineira; passa pelo Serro, outro local com turismo crescente; Alvorada de Minas, outro Município que acolherá os caminhantes; Conceição do Mato Dentro, que, além da riqueza histórica, tem várias cachoeiras, em especial a Cachoeira do Tabuleiro, conhecida mundialmente, que nos deixou surpresos com a qualidade de uma nova pousada ali construída; Morro do Pilar; Senhora do Carmo; Barão de Cocais e o Distrito de Cocais, que é muito bonito; Santa Bárbara; Catas Altas, um lugar maravilhoso para qualquer turista visitar - tenho certeza de que os catarinenses adorarão passar por lá -; Mariana e Ouro Preto, o que temos de melhor no Estado; São Brás do Suaçuí; Entre-Rios de Minas; e Casa Grande, onde se encerra a caminhada.

Portanto, espero podermos receber os catarinenses. Hoje, o turismo de caminhada, dos andarilhos, do peregrino propaga uma informação entre os caminhantes do Brasil e do mundo. Sempre que alguém realiza um caminho aprazível, o grupo o aprova e o divulga naturalmente, e muitos planejam voltar. Esperamos que, receptivo que é, o mineiro seja mais hospitaleiro ainda e receba esse grupo de aproximadamente 15 catarinenses que farão esse caminho. Que, daí para frente, a Estrada Real seja mais divulgada. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público presente nas galerias, imprensa, público da TV Assembleia, boa tarde. O que nos traz inicialmente a esta tribuna na tarde de hoje é a necessidade efetiva de fazer uma convocação aos Prefeitos, particularmente aos da minha região, o Noroeste de Minas, e aos do Alto Paranaíba. Há alguns anos acompanhamos, ajudando a encaminhar, todo o esforço do governo federal para a expansão do ensino técnico profissionalizante, do ensino tecnológico e científico, em curso no Brasil. Felizmente foi superado no Brasil o tempo em que o ensino científico e tecnológico estava impedido de se expandir, tempo esse superado pelo governo Lula. A rede dos institutos federais de educação mais do que quadruplicou em todo o nosso Brasil, e Minas Gerais não ficou para trás. Inúmeros câmpus foram criados e vários outros transformados em reitorias para coordenar todo esse esforço de dar oportunidade à qualificação profissional, fundamental para o desenvolvimento brasileiro.

Nosso pedido aos Prefeitos, Sr. Presidente, é o seguinte: hoje se encerra o prazo para adesão dos Municípios que quiserem instalar nas suas sedes o ensino científico, tecnológico, profissionalizante a distância. Em Minas Gerais, o câmpus de minha querida Paracatu, em parceria com o Instituto Federal do Paraná, está disponibilizando para as prefeituras oportunidade de instalar uma telessala que custa R\$5.000,00, com todo o equipamento e um tutor local para acompanhar os cursos. Quero anunciar aqui as cidades parceiras nesse esforço: Arinos, Bonfinópolis de Minas, Buritis, Carmo do Paranaíba, Jequitaiá, Paracatu, Presidente Olegário, São Romão e Uberaba. Todas essas cidades estão com três cursos técnicos - Secretariado, Serviço Público e Administração. Agora estão sendo ofertados - daí o prazo que vence hoje - novos convênios para os cursos técnicos de Meio Ambiente, Segurança no Trabalho, Eventos, Logística e Reabilitação de Dependentes Químicos. Vários Municípios aderiram. Gostaria de citar aqui os Municípios de Lagoa Grande, Natalândia, Santa Fé de Minas, Uruana de Minas, Chapada Gaúcha, Brasilândia de Minas, Cristalina, em Goiás, Dom Bosco, Guarda-Mor, Guimarães, São Gonçalo do Abaeté e Unai.

Gostaríamos então, Sr. Presidente, de fazer um apelo aos Prefeitos da região Noroeste e do Alto Paranaíba que ainda não aderiram ao programa. Ainda há tempo; até o final do expediente de hoje é possível fazer a adesão e disponibilizar um ensino de altíssima qualidade, a distância, para os municípios e assim qualificar a mão de obra local. Todas as cidades, neste momento, com a economia aquecida como está, demandam mão de obra qualificada nos diversos setores. Está, portanto, aberta essa possibilidade para os Municípios dessa região.

Deixo aqui também o pedido para que o governo do Estado procure o Instituto Federal do Paraná e, por meio de sua rede de escolas públicas em todos os Municípios do Estado de Minas, ofereça também esse ensino de qualidade. Sabemos que ainda existe certo preconceito em relação ao ensino técnico a distância. Eu já fiz um curso a distância e sei que ele obriga a pessoa a estudar muito mais do que os cursos presenciais. Os institutos federais, particularmente o Instituto Federal do Paraná, já se notabilizaram como ofertantes de ensino a distância de excelência, de grande qualidade.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* - Deputado Almir Paraca, agradeço o aparte de V. Exa. e parabeno-o pelo pronunciamento, por trazer aqui um tema muito importante, porque o Brasil está crescendo muito, em média, 5% ao ano. Os oito anos do governo Lula foram importantíssimos, já que milhões de pessoas deixaram a linha da pobreza. No entanto, todo esse investimento deverá ser acompanhado de qualificação. É inconcebível, realmente, o Brasil não investir em qualificação profissional. É uma dívida social muito grande. V. Exa. lembrou muito bem que em 1993 o então Presidente Fernando Henrique Cardoso assinou um decreto que atingiu, sim, o investimento no ensino profissional tecnológico no Brasil inteiro. Já em 2003, o então Presidente Lula revogou o decreto, e aí sim, o Brasil passou novamente a investir na expansão do ensino profissional brasileiro. São mais de 200 escolas técnicas. Em Minas Gerais, várias escolas aderiram ao Ifet. Em Uberlândia, minha cidade natal, havia a Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia, que também se transformou em Ifet. Conseguimos levar o Ifet também para Ituiutaba. Em Araxá já existe o Cefet, e, acompanhando isso, vem todo o processo de expansão universitária, que é importante. Conseguimos levar - V. Exa. citou a região do Triângulo mineiro -, por exemplo, a Universidade Federal de Uberlândia para Monte Carmelo, e ela já está funcionando. Da mesma forma, o Conselho Universitário aprovou a implantação de unidade dessa universidade em Patos de Minas, em Ituiutaba, onde já está funcionando, e em Monte Carmelo. Estamos fazendo um estudo em relação aos cursos, para levarmos a universidade à cidade de Araguari. Na sequência, a nossa Presidenta Dilma lançou o Pronatec. Ou seja, é fundamental, é imprescindível investir na qualificação da mão de obra, e o governo federal tem feito isso muito, sim. Minas está presente. Precisamos recuperar um pouco de tudo aquilo



que deixou de ser feito nos oito anos de FHC. A dívida é muito grande, e é fundamental que isso seja feito. O ensino a distância também é uma alternativa importante, e espero que os Prefeitos possam aderir a isso. Gostaria de lembrá-los de cobrar a promessa do Governador de reabrir a Escola Técnica Renê Giannetti, em Uberlândia. Ela ainda está fechada, e o Governador e o Prefeito prometeram reabri-la. Essa escola, na qual estudei, é fundamental para a formação profissional dos jovens da região.

Parabenizo V. Exa. pelo pronunciamento, já que é de grande relevância e de interesse público. Parabéns!

O Deputado Almir Paraca* - Obrigado, Deputado Elismar Prado. Por fim, Sr. Presidente, gostaria de fazer um convite aos presentes, aos colegas Deputados e ao público da TV Assembleia. Nos dias 26 e 27, quinta-feira e sexta-feira, na Serraria Souza Pinto, ocorrerá o IV Fórum Internacional de Comunicação e Sustentabilidade. Teremos, depois do almoço de sexta-feira, uma mesa formada pelos seguintes palestrantes: Luciano Coutinho; Aldemir Bendini, Presidente do Banco do Brasil; o caro Ministro Fernando Pimentel; e o Professor Muhammad Yunus, do Gramenn Bank. Gostaríamos de dizer que esse evento é fundamental, já que promove intercâmbio de ideias e de pensamentos e trocas de experiências e tem preocupação com o desenvolvimento sustentável. Sabemos que esse conceito de desenvolvimento sustentável é um conceito em disputa. Vários segmentos distintos da nossa sociedade tem uma visão do que é sustentabilidade. Sabemos que há diversas organizações do setor público, do setor privado ou do terceiro setor sintonizadas e trabalhando efetivamente na promoção da sustentabilidade, que, além de incorporar dimensão ambiental, promove inclusão social.

Portanto, gostaríamos aqui de relacionar algumas personalidades, além das citadas, que estarão presentes. Falei do Muhammad Yunus, fundador do Gramenn Bank, que é uma referência em microcrédito. Hoje, quando se fala em microcrédito no mundo inteiro, o primeiro nome que aparece é do Yunus, pela dimensão e pela grandiosidade do trabalho que promoveu na Índia, principalmente com as mulheres, fazendo uma verdadeira revolução na promoção da geração de trabalho e renda, associada ao empreendedorismo. Essa ideia também será trabalhada no fórum.

Arun Gandhi, neto do lendário Mahatma Gandhi, também defensor da não violência, trabalha com crianças, é o fundador do Instituto Gandhi para a Educação Mundial e, portanto, é um homem que se preocupa com a eliminação da pobreza e com o desenvolvimento de uma educação libertadora, promotora da vida para as crianças.

Também o Wole Soyinka ganhou o Prêmio Nobel de Literatura, em 1986. Os trabalhos do escritor nigeriano oferecem panorama dos conflitos e dificuldades enfrentadas pelos povos nigerianos e africanos. Como acadêmico e ativista político, Soyinka ainda dedicou sua vida à defesa dos direitos humanos e à liberdade de expressão.

O IV Fórum Internacional de Comunicação e Sustentabilidade acontece na próxima quinta e sexta-feira, dias 26 e 27, aqui em Belo Horizonte, na Serraria Souza Pinto. As inscrições são gratuitas e têm de ser feitas antecipadamente. Para os que tiverem interesse, o endereço eletrônico é www.comunicacaoesustentabilidade.com. Fica aí o convite, de maneira especial às organizações do terceiro setor do Estado de Minas Gerais, que fazem a diferença nas suas áreas de atuação, quaisquer que sejam, e têm feito de Minas Gerais um celeiro de ideias positivas.

Aproveitando a oportunidade, voltado também para o terceiro setor de maneira especial, quero anunciar o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social. Estão abertas as inscrições no “site” da Fundação Banco do Brasil. Minas Gerais, ao longo dos anos, vem marcando posição e tem inúmeras tecnologias sociais certificadas, premiadas e disponíveis no Banco de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil. Tecnologias sociais são todas as soluções simples, de baixo custo, já testadas e aplicadas, que são efetivas na solução de problemas de natureza social, comunitária, para geração de trabalho e renda, saúde, educação, energia e habitação. Ou seja, soluções que nascem do diálogo entre o saber popular, o conhecimento popular, e o conhecimento científico, o conhecimento produzido nas academias, que se associam para construir essas soluções de fácil replicabilidade, todas elas com uma metodologia essencialmente democrática, participativa, e que favorece o fortalecimento comunitário.

Sr. Presidente, outro assunto é uma boa nova que trago com muita alegria, principalmente para mim, que sou de Paracatu, da região Noroeste. Estou vindo aqui o Deputado Delvito Alves, de Unai e o nosso companheiro Deputado Inácio Franco, que também atua na região. A nossa região é essencialmente de natureza agropecuária, com alta concentração de assentamentos de reforma agrária. O maior número dos assentamentos de reforma agrária do Estado está na região Noroeste de Minas. A boa nova é que a nossa Presidenta Dilma Rousseff, em resposta ao Grito da Terra, autorizou que se liberem, até julho, R\$530.000.000,00 para a compra de terra. Com o pagamento desse valor em desapropriações, a reforma agrária, que até então estava em banho-maria, permitirá, ao custo médio dos assentamentos dos últimos anos, assentar em torno de 50 mil famílias, ainda em 2011.

Portanto, o Grito da Terra, que aconteceu recentemente em Brasília, capitaneado pelas organizações de luta pela terra que atuam no campo brasileiro, sai, mais uma vez, vitorioso, em virtude dessa grande conquista. Assim, queremos celebrar e comemorar com todos os que lutam pela reforma agrária no Brasil essa meta de assentar mais 50 mil famílias na reforma agrária neste ano. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, caríssimo Presidente Deputado Dinis Pinheiro, é um prazer imenso cumprimentar V. Exa., que dirige os trabalhos desta tarde; senhores parlamentares; colegas; imprensa; meus amigos e minhas amigas do Sul de Minas; trago mais uma vez a todos a nossa saudação à região sul-mineira. Desta vez, o meu abraço muito especial vai para Caxambu, na pessoa do Prefeito Luiz Carlos Pinto e dos Vereadores, por ter sido escolhida para ser a sede da superuniversidade. Foi uma decisão do MEC anunciada na tarde de ontem, coroando, assim, um grande pleito, uma reivindicação antiga de todo o mundo acadêmico não somente de Caxambu, mas de toda a região. É para nós, para mim uma enorme satisfação, primeiramente porque o governo Anastasia-Aécio Neves, há dois anos, com um trabalho que desenvolvemos aqui na Assembleia Legislativa, instalou lá os Centros de Educação Profissional - CEPs -, que hoje são referência em Minas Gerais. Temos hoje o CEP em Caxambu, que é referência, em Itajubá e Brazópolis. A partir da instalação do CEP em Caxambu, começamos, com toda a comunidade, juntamente com os parlamentares federais, a demonstrar que aquela cidade poderia ser escolhida, como o foi, para ser a sede da superuniversidade, que reúne sete universidades. É um investimento do governo, do MEC, no montante de R\$20.000.000,00. Em Caxambu temos toda a infraestrutura pronta, toda a comunidade praticamente já interage nessa proposta.



Rendo também homenagens à Universidade Federal de Lavras - Ufla -, que iniciou há mais de dois anos esse trabalho, nesse intercâmbio extraordinário com o Prefeito, com a Câmara Municipal, com toda a comunidade escolar, demonstrando ser Caxambu não somente polo por excelência, mas também por ser uma região termal, uma estância reconhecida nacionalmente, que sediará, a partir do próximo ano, a Superuniversidade de Minas Gerais. É a união, o cooperativismo das sete universidades. Já não teremos competição, mas sim cooperação.

No ano passado fizemos aqui na Assembleia Legislativa uma importante audiência pública debatendo essa questão na Comissão de Educação, demonstrando que para nós, sul-mineiros, todas as universidades, unindo-se, formariam um grande mundo acadêmico, aumentariam a quantidade de pesquisa e dariam maior visibilidade à nossa região. Então, estamos felizes.

Em primeiro lugar, parabênizo toda a comunidade. Agradeço muito a todas as pessoas que se empenharam nessa grande conquista anunciada ontem pela própria Ufla, pelo Reitor Dr. Luiz Cláudio, que representou o MEC. Esse projeto há muito tempo vem sendo articulado com todas as forças vivas da sociedade.

Devo dizer ainda que, por parte do governo do Estado, não haverá nenhum momento que não estaremos sempre juntos nessa grande conquista, que é a universidade do Sul de Minas, que comandará todas as sete universidades do Estado de Minas Gerais.

Parabênizo e agradeço todos os que participaram ativamente desse momento importante da educação superior de Minas e do Brasil. Muito obrigado.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Sr. Presidente, de maneira geral, Minas Gerais é testemunha da luta que o Bloco Minas sem Censura vem travando para fazer retornar aos trilhos constitucionais o trâmite da coisa pública em Minas Gerais. Diz o nosso Texto Constitucional que algumas fundações e autarquias, para terem autorizadas a nomeação da direção, carecem de aprovação prévia desta Assembleia Legislativa. E o governo do Estado teima em descumprir o mandamento constitucional.

Hoje, temos pessoas designadas para o exercício de funções para as quais não obtiveram a autorização legislativa prevista na Constituição. Dessa forma, Sr. Presidente, a denúncia que o Bloco Minas sem Censura vem fazendo é para que retomemos a análise cuidadosa que o constituinte mineiro previu para evitar esses tipos de constrangimento ao governo do Estado.

Não queiram dizer, Sr. Presidente, que essa medida - o ato de designar alguém para desempenhar funções sem a aprovação da Assembleia - tem o intuito de evitar uma eventual descontinuidade administrativa. Essa foi a tese desposada neste Plenário pelo Líder Deputado Gustavo Valadares. O Deputado Gustavo Valadares deve abandonar essa tese, assim como deve abandonar essa prática o governo do Estado. Para que se evite a descontinuidade, poderia, sim, o governo do Estado lançar mão de um servidor de carreira, de um servidor efetivo, a quem pode ir atribuindo as funções diretivas até que a Assembleia cumpra o que determina a Constituição. Exigir que se cumpra um mandamento constitucional não implica, ao contrário da tese do Deputado Gustavo Valadares, o risco de descontinuidade administrativa. Não; o Bloco Minas sem Censura está longe de submeter o Estado de Minas Gerais ao risco de um interregno, de um intervalo em sua gestão.

O que queremos evitar, além do intervalo na gestão, além da descontinuidade, é que os governos passem pelo vexame por que estão passando: algumas exonerações já estão sendo promovidas por descumprimento de pré-requisitos legais para a ocupação dos cargos. Esse gestor público cujo nome apreciamos hoje, Sr. Presidente, consta como alguém que tem ficha suja. Mesmo tendo ficha suja, contrariou-se o que a Assembleia Legislativa determinou por meio de legislação e o que a sociedade mineira vem exigindo, até mesmo em outras casas legislativas municipais - a própria Câmara Municipal da Capital aprovou agora legislação semelhante, pela qual não poderão ocupar cargos na gestão pública cidadãos que tenham hoje condenação em segunda instância.

Portanto, o que queríamos evitar era justamente esse vexame; teríamos poupado o Governador Anastasia de passar por esses vexames que têm sido, de forma constrangedora, frequentes. Já estava exercendo essas funções, e não só neste governo - pelo que pude apurar, já o fazia em gestões anteriores -, no Instituto de Pesos e Medidas - Ipem - alguém que se enquadra nas proibições expressas na legislação estadual. Assim, é fundamental que a Casa e, em especial, a sociedade mineira entendam o sentido do processo de obstrução não da pauta nem dos projetos de lei, mas da aprovação dos nomes de pessoas que já vêm exercendo, de forma inconstitucional, funções de gestores públicos em nosso Estado.

O instrumento ora colocado em votação por V. Exa. demonstra à exaustão e de forma cabal e definitiva o acerto do Bloco Minas sem Censura em promover essa obstrução - para chamar atenção da sociedade mineira para o elevado número de fichas-sujas que vem sendo acolhido no governo do Estado.

É fundamental lembrarmos que o próprio Governador, reconhecendo a ausência de condições para manter esse cidadão onde estava, agora realiza a sua exoneração, solicitando a anulação da sua indicação, embora já contasse com a aprovação dessa indicação na comissão que a Assembleia criou para tanto. É tamanha a subserviência e falta de altivez da Casa e é tamanho o desejo de servir aos poderosos, que os Deputados se reuniram e sequer buscaram a informação que está disponível em todo o Judiciário de que a pessoa, que se pretendia fosse dirigir o Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais, é alguém condenado em 2ª Instância, que se enquadra, portanto, nos critérios da chamada Lei da Ficha Limpa e que não poderia ter exercido, como exerceu de forma inconstitucional, as funções de Presidente do Instituto de Pesos e Medidas.

Então, é esse o motivo, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados e, em especial, telespectadores da TV Assembleia. Espero que possam entender por quais razões a Oposição quer uma discussão séria e aprofundada dessas designações. Elas têm sido feitas pelo governo do Estado ao arpejo do mandamento constitucional, contrariando o mandamento expresso e, sobretudo, maculando a moralidade administrativa, ao deixar alguém de ficha suja exercer por meses e meses a fio - e, em alguns casos, por muitos anos - funções que lhe são vedadas pela Constituição e que lhe são vedadas pela legislação.

Por isso, é fundamental, Sr. Presidente, que ponhamos termo a essa farrá dos fichas-sujas no governo de Minas Gerais. Para tanto, é muito importante que suspendamos essas designações feitas e que possamos previamente analisar com cuidado e altivez, olhando não só as condições técnicas, intelectuais e o preparo acadêmico do indicado, mas também as condições totais para que cada um possa exercer as funções que lhe quer atribuir o Governador do Estado. É fundamental que esse caso sirva de exemplo e que possa ser emblemático para que a Assembleia Legislativa resgate o mínimo de suas atribuições, que é fazer uma análise cuidadosa e competente



de cada nome que vem para ser analisado. A Constituição não previu uma mera formalidade de mandar o nome para cá para ser ovacionado, para ser objeto de todos os rapapés dos Deputados, com todas as homenagens prévias e toda a bajulação. Não foi isso que o constituinte mineiro previu, mas, sim, Deputado Zé Maia, que a Assembleia fizesse uma análise cuidadosa das indicações. Se a tivéssemos feito aqui, no caso do Sr. Tadeu, do Ipem, já deveríamos nesta Casa ter apontado na comissão formada para analisar o seu nome a sua incompatibilidade com a Lei da Ficha Limpa e, portanto, ter apontado desde aquele momento que ele não poderia continuar onde estava. Aliás, ele nem poderia ter estado lá desde que se instalou o novo governo. Mas, como não foi feito isso e no intuito de servir, de adular, de bajular o governo, o que a Assembleia fez, na verdade, foi criar para o Governador Antonio Anastasia o grave constrangimento de nomear mais um ficha-suja. Agora, o Governador não quer perseverar no erro e mandou para cá a sua exoneração. É esse o motivo da obstrução que o Bloco Minas sem Censura vem fazendo a essas indicações inconstitucionais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, também quero fazer um encaminhamento, pois esse requerimento do Governador é exemplar para aquilo que estamos denunciando no que se refere à falta de sensibilidade ou de consideração do Governador do Estado para com a Constituição e para com a Assembleia Legislativa. O Governador agora solicita a retirada de pauta de votação exatamente do nome que ele mesmo havia indicado para cá, mas, na verdade, a pessoa já estava exercendo o cargo desde janeiro, talvez, no máximo, fevereiro. A Constituição é bastante clara. Ela nos diz que os nomes para fundações e autarquias só serão indicados pelo Governador a partir de aprovação prévia da Assembleia Legislativa. Esse é o termo constitucional. Portanto, é necessário que o Governador espere a Assembleia Legislativa analisar o nome previamente para, a partir da análise, fazer sua indicação. Este caso é emblemático. O Governador fez a indicação do nome, a Assembleia não havia discutido, e esse nome foi indicado. O Governador simplesmente o nomeou ou o designou sem as bênçãos da Assembleia Legislativa e da Constituição do Estado. Lembro que essa emenda constitucional foi aprovada por esta Casa Legislativa por iniciativa, na época, do Deputado Miguel Martini e trouxe uma prerrogativa importante para a Assembleia: analisar os nomes indicados para exercer a Presidência de fundações e autarquias.

Mas é tão emblemática essa posição do Governador que ele nomeou e já demitiu, ao passo que a Assembleia nem sequer aprovou a indicação. Portanto, o Governador demitiu antes que a Assembleia Legislativa aprovasse o nome. Essa é uma prova de que realmente o preceito constitucional de análise desses casos não foi respeitado pelo Governador. E esse caso é apenas um deles - talvez o mais emblemático: o Governador teve de apresentar requerimento, desrespeitando a Assembleia Legislativa, retirando o nome indicado, e nós ainda nem fizemos a aprovação, que fora feita apenas pela comissão. Aliás, o Governador do Estado tem se prestado muito ao papel de desacato a esta Casa Legislativa. Primeiro foram as leis delegadas. Foram apresentados inúmeros artigos de leis delegadas por meio dos quais o governo fez uma reforma administrativa sem que a Assembleia Legislativa opinasse em absolutamente nada. Foi o caso da criação de mais de 1.300 cargos, secretarias, subsecretarias, tudo isso sem que a Assembleia pudesse, pelo menos, analisar o acontecido.

Sr. Presidente, pode-se dizer que a lei delegada foi aprovada pelo mandato anterior, pela Assembleia Legislativa, mas, neste caso específico, nem isso. O que acontece agora é que o Governador do Estado manda esse nome e arrepende-se disso por uma série de razões, que aliás gostaria de saber. Como bem lembrou o Deputado Sávio Souza Cruz, o Governador, ao retirar o nome, também não disse por que o fez. Gostaríamos que o Governador dissesse o motivo por que está retirando esse nome. Ele o considerou ficha-suja? O nome está enquadrado na Lei Alencar da Silveira Jr., não podendo, portanto, ser nomeado por estar enquadrado na lei da ficha suja? Não sei. O Governador não expôs a motivação que o faz agora retirar esse nome indicado para o Ipem, simplesmente nos remete expediente dizendo: "Quero retirar o nome que indiquei, embora a Assembleia Legislativa não o tenha ainda apreciado". Deputado Alencar, a Constituição mandava que o Governador esperasse a análise da Assembleia Legislativa. O nome não foi analisado, e o Governador já pede a retirada dele e já demitiu o Presidente, então, do Ipem. E agora? Ele nomeará outro ou esperará a Assembleia Legislativa aprovar, Deputado Pompílio Canavez? É outra questão que queremos saber. Será que já nomeou alguém? Também não sei se já foi designado para aquele cargo outro para representar o governo do Estado no Ipem sem que a Assembleia Legislativa tenha apreciado o nome. Não sei; nada disso foi esclarecido. Então, não julgo correto simplesmente aprovarmos os nomes indicados pelo Governador do Estado sem antes analisarmos mais detalhadamente quem são eles e aprová-los na Assembleia Legislativa.

Essa discussão foi feita repetidamente, nesta Casa, à época, com discursos acalorados, para que o governo Itamar Franco respeitasse e indicasse os nomes apenas após a Assembleia Legislativa fazer sua análise. A Oposição ao governo Itamar Franco, que hoje é parte da base do governo Anastasia, fez inúmeras indicações e pronunciamentos, recusando-se a aprovar qualquer possibilidade de o governo fazer indicação do nome. Não entendo por que o Governador tomou a atitude de retirar a indicação desse nome. Ninguém da base do governo nos respondeu por que está sendo retirada a indicação desse nome. O que o motivou a retirá-la? Na Casa, a Comissão Especial tinha dado parecer favorável. O que leva o Governador a retirar a indicação do nome, uma vez que já estava designado, sem que a Assembleia Legislativa tivesse aprovado? Assim, existem vários outros nomes na pauta de discussão indicados pelo Governador, os quais já estão trabalhando. Se tiver problema, o Governador retira a indicação e não dá nenhuma satisfação à Assembleia Legislativa. O Deputado Alencar da Silveira Jr. fez uma lei sábia, aprovada nesta Casa, que proíbe os fichas-sujas de ocupar cargos. Pergunto-me se a motivação do Governador nesse caso foi a lei da ficha suja.

Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que, antes de entrarmos no processo de votação, seja feita a leitura do requerimento do Governador pedindo a retirada da indicação, para termos a noção exata do motivo. Será que no requerimento ele cita a motivação da ficha suja ou outra? Não é a primeira vez que o Governador retira uma indicação e, em nenhum momento, expõe a motivação. No IEF, por exemplo, temos uma longa discussão a fazer. No caso do Sr. Candeia, ele saiu de lá com voz de prisão, e depois disso não tivemos nenhuma palavra do governo a respeito do que aconteceu no IEF. Temos um requerimento no IEF, solicitando uma audiência pública na Comissão de Meio Ambiente para fazermos essa análise. Sr. Presidente, solicito que seja feita a leitura desse requerimento da retirada da indicação. Na verdade, não entendi o que o Governador quer retirar, se é o nome. Votar, evidentemente, não podemos, porque parece que ele já foi demitido. Tem um requerimento do Governador solicitando à Assembleia Legislativa que não aprecie o



nome que ele indicou, porque já foi demitido. É uma confusão, o telespectador não deve estar compreendendo. O Governador está retirando um nome que indicou, que a Assembleia ainda não apreciou, mas deveria apreciar. Portanto, solicito a V. Exa. que seja feita a leitura do requerimento do Governador, para entendermos o que ele de fato deseja. Aproveito também para perguntar a V. Exa. se os outros requerimentos que apresentei estão colocados na ordem e se esse requerimento que está sendo votado precede os requerimentos de indicação. Tenho uma série de outros requerimentos - e é questão de ordem que também suscito a V. Exa. - que pedem inversão de pauta. Esse requerimento é votado antes dos outros ou ele entra na fila para ser votado posteriormente?

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia* - Certo. Sr. Presidente, são vários requerimentos nesta Casa para inversão de prioridades, um deles é o que apresentei agora. O motivo já foi externado várias vezes: não concordamos com a votação, na Casa, dos nomes indicados pelo Governador do Estado, sem antes serem apreciados pela Casa Legislativa, por nossa Assembleia. Por que isso? Queria reiterar: a Constituição do Estado é clara ao dizer que qualquer indicação referente às autarquias e às fundações deverá ser precedida da aprovação da Assembleia Legislativa. Essa situação não ocorreu em nenhuma das indicações. Estamos ainda discutindo a questão no âmbito das comissões que aprovaram os nomes indicados, mas a Assembleia ainda não conclui fase de aprovação. Para nosso estranhamento, vários desses indicados já estão designados, já estão trabalhando e já respondem pelo cargo. Aliás, um deles não responde mais, pois o Governador acaba de aprovar a retirada do seu nome. Estamos na Assembleia Legislativa discutindo algo que o Governador, de fato, já fez, passando por cima do que determina a Constituição e que diz respeito à Assembleia Legislativa.

Estamos pedindo que sejam votados outros requerimentos na frente desses de indicação, até para que haja tempo para o Governador fazer uma análise real e perceber que cometeu abuso de autoridade ao passar por cima da Assembleia Legislativa e fazer indicações, designar pessoas para trabalhar sem o aval desta Casa. Portanto, é necessário o Governador e o Ministério Público fazerem essa análise. Esqueci-me de informar aos Deputados que solicitamos ao Ministério Público, por meio do Dr. Alceu, Procurador do Estado, que fizesse uma análise da Constituição e buscasse a retirada, o afastamento dessas pessoas do local de trabalho, dos postos que assumem, para, a partir desse afastamento, promover-se o restabelecimento da ordem cronológica correta apontada pela Constituição do Estado, que é a aprovação desses nomes antes da nomeação. Por isso solicito que o requerimento da Comissão de Transporte seja apreciado em primeiro lugar, antes do requerimento da Comissão de Assuntos Municipais.

A Comissão de Assuntos Municipais solicita seja encaminhado à Presidência da Cemig pedido de informações, com cópia do relatório do dia 27/2/2011, que contém dados sobre a rede elétrica no Município de Bandeira do Sul.

Sr. Presidente, estou discutindo a inversão do requerimento da Comissão de Transporte, relativo à rede elétrica de Bandeira do Sul, que solicita seja encaminhado ao Ten.-Cel. Olímpio Emídio Filho, Comandante do Batalhão da Polícia Rodoviária do Estado, pedido de informações sobre a relação de acidentes no Anel Rodoviário entre 2008 e 2011, com data, local e número de vítimas, os quais tenham envolvido motoristas profissionais de carga, de transporte de passageiros e motoristas amadores. Então, solicitamos que o requerimento da referida Comissão seja votado em primeiro lugar, portanto, na frente do requerimento que solicita informações sobre Bandeira do Sul.

Aproveito para informar que realizamos uma boa audiência pública, que não era apenas sobre Bandeira do Sul, mas para verificar a segurança da rede elétrica. No início dessa reunião, pedi para usar a palavra pelo art. 164, porque fui citado pelo Deputado Duarte Bechir sobre a audiência realizada, como se ela tivesse sido apenas para o caso de Bandeira do Sul, mas não. Como autor do requerimento, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, justifiquei com Bandeira do Sul, mas fiz um requerimento para que fosse discutida a situação geral de falta de segurança das redes elétricas em Minas Gerais. No final da reunião, solicitei ao Deputado Sávio Souza Cruz, Presidente da Comissão, e foi aprovado um requerimento para visitarmos as periferias de Belo Horizonte, a fim de verificar o estado da rede elétrica. Não é apenas em Bandeira do Sul ou no interior de Minas, seja para que canto formos, que as redes não trazem segurança, a ponto de uma serpentina causar o dano que causou. Certamente, se fosse uma rede segura, moderna, com todo o material em perfeitas condições, uma serpentina não faria o estrago que fez. Ela própria estaria sendo destruída e não destruiria a rede, Deputado Paulo Guedes. Não tem condições. Há alguns locais em Belo Horizonte em que não é necessário nem ser serpentina. Não é necessário ser linha de papagaio, e usávamos linha 24 e linha 10 quando éramos meninos. A linha 10 era mais forte, a linha 24 era um pouco mais fraca. Acho que, devido às condições de alguns fios, se for usada a linha 40 ou a linha 60, linhas de costura, e for jogado um berimbau por acaso e ele cair, evidentemente isso fará com que caia toda a fiação. Iremos ver alguns casos assim em Belo Horizonte.

A verdade é que a Cemig não está cuidando da rede de segurança em Minas. O Deputado Elismar Prado está me dizendo que há 3.500 casos de fios partidos por mês, sem serpentina - fonte da Cemig. O Deputado Elismar Prado e o Deputado Federal Weliton Prado conhecem bem o que falta fazer na Cemig. É muito fio que cai sem serpentina. Deputado Elismar Prado, quase torturaram a coitada da serpentina para ela confessar a culpa. A culpa foi da serpentina, e a rede da Cemig é uma beleza. Ninguém acredita nisso. Comentei que nenhum técnico da Cemig na reunião falou que o problema foi da serpentina. Os técnicos não quiseram dizer isso. Um engenheiro ou um eletricitista dizer que uma serpentina causou isso e que a rede era segura? Não vamos assistir a ninguém passar recibo disso, Deputado Pompílio Canavez. Eles sabem que essa não é a questão que está colocada.

Então essa reunião que fizemos foi muito importante. O Deputado Duarte Bechir disse que o Deputado Carlos Mosconi foi ofendido durante a reunião. Foi um popular que participava da reunião que fez uma observação pessoal sobre o Deputado Carlos Mosconi, à qual não assistimos, e imediatamente o Deputado Duarte Bechir disse o contrário. Foi apenas isso. Mas o cidadão disse que o Deputado não teria tomado as atitudes que deveriam ter sido tomadas no caso de Bandeira do Sul, uma coisa desse tipo. Não houve nenhuma ofensa ao Deputado, foi apenas uma observação de uma das pessoas que assistiam à reunião, que foi produtiva. Espero realmente que a Cemig possa trazer essas informações para que tenhamos segurança de que ela resolverá o problema da segurança da rede elétrica.

Antes de votar esse requerimento da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, pedi exatamente a inversão da pauta para que a Comissão de Transporte encaminhe ao Ten.-Cel. Sebastião Olímpio Emídio Filho, Comandante do Batalhão de Polícia



Rodoviária do Estado, pedido de informações sobre a relação de acidentes no Anel Rodoviário e na BR-381, compreendida entre Belo Horizonte e Governador Valadares. Então que esse requerimento seja votado em primeiro lugar. São requerimentos, todos muito importantes, mas acho que a ordem cronológica de aprovação merece que o da Comissão de Transporte seja apreciado em primeiro lugar.

Vou também fazer o encaminhamento dos demais requerimentos que julgo necessário serem aprovados no dia de hoje. Mas pediria aos nobres colegas que tivéssemos cuidado com a votação das indicações do governo do Estado, porque passam por cima realmente do artigo constitucional que atribui à Assembleia Legislativa a aprovação prévia dos nomes. E os indicados já estão lá, trabalhando. Não houve, portanto, nenhuma aprovação prévia dos nomes indicados, por isso nós, Presidente, não concordamos em votar essas indicações antes que o Governador nos dê uma explicação de por que de fato fez essas indicações de forma a não nos permitir aprová-las anteriormente à designação. Peço a V. Exa. que tenha a compreensão de dar prioridade aos nossos projetos de lei em vez de passar por cima da Constituição, como deseja o Governador, mas tenho certeza de que esse não é o desejo da maioria desta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, primeiramente solicitei a palavra para dar uma informação à base do governo. Temos o prazo até às 16h30min para votar as indicações que estão na pauta em Plenário. Não teremos condições de votá-las porque o bloco de oposição ao governo apresentou 10 requerimentos, que, em função de o Regimento permitir, podem ser encaminhados um a um, como está sendo feito por dois parlamentares da Oposição, a fim de que vença o prazo de 16h30min. Digo então aos Deputados do bloco da Situação, de apoio ao governo, que esteve presente em Plenário hoje de forma maciça, que pode cada um dos senhores se dirigir aos seus gabinetes, a fim de atender os cidadãos mineiros que vêm à Assembleia Legislativa, porque hoje a Oposição, nesta tarde, não deixou que votássemos, por obstrução, as indicações. Então, às 16h30min, vence o prazo de votação das indicações e nós, mais uma vez, infelizmente, não vamos votá-las, mesmo com a presença maciça dos Deputados da base em Plenário. Mas venho aqui também, Sr. Presidente, para responder, nesses 2min50s que faltam, à Oposição algumas questões muito interessantes. A Oposição questiona a legalidade das indicações antes de serem aprovadas pela Assembleia Legislativa. Ora, são indicações que permitem à máquina pública, à administração pública estadual continuar o seu trabalho, que tem por objetivo atender à vida dos cidadãos mineiros, melhorando-a. Se os senhores representantes das autarquias e dos órgãos, os quais estão com os nomes, nesta Assembleia Legislativa, para serem apreciados, não estivessem respondendo por eles, teríamos a paralisação dos serviços públicos. Quem sofreria com isso seria a população do Estado de Minas Gerais; não seriam os Deputados da base do governo nem mesmo os da Oposição; seriam os mais de 15 milhões de mineiros que temos nos quatro cantos do Estado. É por conta disso que a administração pública, seja do Estado de Minas Gerais, seja dos Estados de São Paulo, do Rio de Janeiro e da Bahia, segue o princípio da continuidade do serviço público, de fazer nomeações precárias até que a Assembleia Legislativa verifique e analise os nomes de cada um dos indicados. Se eles forem reprovados pela Assembleia, o Governador, expressamente, irá exonerar o cidadão e indicar outro para responder pelo órgão.

Agora, mais que isso, a Oposição questiona a legalidade. Na verdade, não questiona, mas coloca como se fossem ilegais os atos do Governador de nomeações desses representantes das autarquias e dos órgãos. Agora, se já tem tanta certeza disso, por que estão aguardando uma manifestação do Ministério Público Estadual referente ao assunto? Os representantes do bloco da Oposição vêm ao microfone para dizer que é ilegal, que o governo não poderia fazer. Se já têm tanta certeza disso, repito, por que usam o outro argumento de que estão aguardando um posicionamento do Ministério Público Estadual referente ao assunto? São questões dúbias que precisam ser esclarecidas. Na tarde de hoje demos a demonstração de que essa situação é muita mais política que de formalidade e legalidade dos processos. A base esteve em Plenário, aguardou até este exato momento, 16h30min, para que se fizesse a votação dos projetos. Faço um pleito à Oposição: deixemos de lado essas coisas menores e analisemos as políticas macro do Estado, seja na saúde, seja na educação, seja na segurança pública. Há muitos assuntos que devem ser trazidos a esta Casa. No entanto, para analisarmos, é preciso votarmos essas indicações. Faço aqui um apelo ao bloco da Oposição: na reunião extraordinária que acontecerá nesta noite, a partir das 20 horas, possamos juntos ajudar a construir um novo Estado, que participe conosco deste novo momento que Minas vive. Para isso, precisamos votar essas indicações. Fique claro que a base do governo esteve em Plenário durante toda a tarde. Infelizmente, o prazo venceu, mas estaremos mais uma vez nesta Casa às 20 horas. Faço um apelo aos 23 parlamentares do bloco de oposição ao governo: ajudem-nos a construir uma Minas melhor para os mineiros dos quatro cantos do Estado votando as indicações. Espero que votem até mesmo pela reprovação ou rejeição dos nomes, mas que participem conosco da votação das indicações. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 23/5/11, o Sr. Presidente, nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando, a partir de 30/5/11, Iracema Alves Leandro do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

exonerando, a partir de 30/5/11, Wellington Lopes do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;



nomeando Haren Jéssica Oliveira Cecílio para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

nomeando Leonardo Guimarães Barreto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Wellington Lopes para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência.

TERMO DE ADITAMENTO

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: COB – Centro Odontológico Barro Preto Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e aos ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Objeto do aditamento: alteração da cláusula “Da Liquidação da Despesa e do Pagamento”. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Endo Advance Consultório Odontológico Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e aos ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Objeto do aditamento: alteração da cláusula “Da Liquidação da Despesa e do Pagamento”. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Instituto de Ortodontia Ortominas Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e aos ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Objeto do aditamento: alteração da cláusula “Da Liquidação da Despesa e do Pagamento”. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Leonardo Vaz C de Castro Centro de Reabilitação Oral Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e aos ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Objeto do aditamento: alteração da cláusula “Da Liquidação da Despesa e do Pagamento”. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: M3 Consultórios Odontológicos Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e aos ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Objeto do aditamento: alteração da cláusula “Da Liquidação da Despesa e do Pagamento”. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Núcleo de Odontologia Integrada Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e aos ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Objeto do aditamento: alteração da cláusula “Da Liquidação da Despesa e do Pagamento”. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Odontominas Clinident Assistência Odontológica Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e aos ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Objeto do aditamento: alteração da cláusula “Da Liquidação da Despesa e do Pagamento”. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Clínica Odontológica Kátia Guimarães Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e aos ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Objeto do aditamento: alteração da cláusula “Da Liquidação da Despesa e do Pagamento”. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009-3.3.90-10.1.

**TERMO DE ADITAMENTO**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Município de Cachoeira da Prata. Objeto: Transmissão do sinal da TV Assembleia. Objeto do aditamento: correção do prazo de vigência, “de 17/5/2011 a 17/5/2021” para de “17/3/2011 a 17/3/2021”. Vigência: a partir da data da assinatura, retroativa ao dia 17/3/2011. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Dental Care Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e aos ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Objeto do aditamento: alteração da cláusula “Da Liquidação da Despesa e do Pagamento”. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: M & L Odontologia Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e aos ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Objeto do aditamento: alteração da cláusula “Da Liquidação da Despesa e do Pagamento”. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Clínica e Radiologia Odonto Facial Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e aos ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Objeto do aditamento: alteração da cláusula “Da Liquidação da Despesa e do Pagamento”. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Clínica Nefrológica de Minas Gerais Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência médica, em regime ambulatorial aos Deputados e aos ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Objeto do aditamento: alteração da cláusula “Da Liquidação da Despesa e do Pagamento”. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Núcleo Odontológico Lapecco Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e aos ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Objeto do aditamento: alteração da cláusula “Da Liquidação da Despesa e do Pagamento”. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Lima e Vilela Endoscopia Digestiva Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência médica, em regime ambulatorial aos Deputados e aos ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Objeto do aditamento: alteração da cláusula “Da Liquidação da Despesa e do Pagamento”. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Biocor Hospital de Doenças Cardiovasculares Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, incluindo a realização de exames complementares, em regime de internação e ambulatorial aos Deputados e aos ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Objeto do aditamento: alteração da cláusula “Das condições do Pagamento”. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Centro de Imagem e Diagnósticos S/C Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência médica, em regime ambulatorial aos Deputados e aos ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Objeto do aditamento: alteração da cláusula “Da Liquidação da Despesa e do Pagamento”. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009-3.3.90-10.1.



TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Radiscan Radiologia Odontológica e Digitalizada Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e ex-Deputados contribuintes do Iplemg, aos servidores da Credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Vigência: 60 meses a partir da data da sua assinatura. Licitação: inexigibilidade, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, “caput” da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Odontologia Especializada Prado Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e seus dependentes. Vigência: 60 meses a partir da data da sua assinatura. Licitação: inexigível, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, “caput”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação dos Recicladores de Belo Horizonte - Associrecycle. Objeto: doação de material reciclável. Vigência: 1 ano a partir da sua assinatura.